



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

AGOSTO/2024

Aos vinte nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – Comam do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, sob a presidência de **GABRIELA BRASIL**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus, e na presença dos:

REPRESENTANTES:

Gabriela Brasil, **Presidência do COMAM**; Lucas Paim, **Smamus**; Carlos Fabiano Alteneta Garss, **DMAE**; Hélio de Oliveira, **SMSurb**; Odilon Francisco Pavon Duarte, **PUC/RS**; João Carlos Carvalho, **Sindicato Rural**; Oscar Gilberto Escher, **ABRASINOS**; Gerhard Ernst Overbeck, **IGRE**; Paulo Brack e Emerson Viera Prates, **INGÁ**; Maria Caravagio Nunes, **TODAVIDA**; Fabiana Figueiró, **FIERGS**; Alessandra Lehmeme, **OAB/RS**; José Renato de Oliveira Barcelos, **MJDH**; e Lisiane Becker, **CRBIO-3-RS/SC**.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Renata Dornelles Brasil, **Secretária Executiva**; e Patrícia Costa, **taquígrafa**.

DEMAIS CONVIDADOS:

Carla Faillace, **SMAMUS**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações dos Conselheiros;

3. Ordem do Dia:

3.1. Aprovação das atas das reuniões 21 de Dezembro de 2023, dia 11 de Abril de 2024 e no dia 25 de abril de 2024;

3.2. Considerações sobre o resultado de deserção das eleições e necessidade de nova prorrogação dos mandatos dos Conselheiros;

3.3. Apresentação do estudo sobre o mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APP's);

3.4. Apresentação do Plano Operativo Anual do Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA conforme artigo 3o da Resolução 002/2023.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM

31 **4. Assuntos Gerais.**

32 **RELATO:**

33 **1. ABERTURA;**

34 **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**

35 – **SMAMUS:** Pessoal, muito boa tarde! Declaro aberta a nossa reunião do COMAM e vou
36 proceder, então, com a chamada dos senhores. E peço que se alguém não for chamado, por
37 favor, nos sinalize ali no chat. Estou acompanhada hoje da minha colega Renata, nossa
38 Secretária Executiva, que vai me auxiliar nos trabalhos. Vou fazer a chamada e vou aproveitar,
39 pessoal, para dar um aviso importante, acho interessante, acho de praxe, assim como nós
40 fizemos no outro Conselho, que é da Secretaria. Todos aqueles conselheiros que, porventura,
41 obtiveram suas candidaturas e estão concorrendo à eleição, devem, por necessidade, se
42 desincompatibilizar das atividades. Então, é importante deixar esse registro para que fique em
43 ata, como uma necessidade. Aproveito também para dizer para os senhores, quem quiser fazer
44 uso das suas comunicações, quem quiser fazer uso do período de comunicações, por favor,
45 pode se inscrever pelo chat, que assim que eu terminar a chamada eu já passo a palavra aos
46 senhores. [Relação dos presentes na inicial]. E se mais alguém por obséquio não foi citado, por
47 favor, nos sinalize no chat. Chamada finalizada. A Renata vai controlar para registrar a
48 presença daqueles que porventura chegarem depois. Seguindo a nossa ordem do dia, pergunto
49 aos senhores, então, quem gostaria de fazer a sua inscrição para comunicação, considerando
50 que já temos dois inscritos, o Conselheiro Emerson Prates e o Senhor Paulo Brack, pelo
51 INGÁ. José Renato Barcelos, pelo MJDH, também solicita comunicações. Então, na ordem,
52 passo a palavra para o Conselheiro Emerson.

53 **2. COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS;**

54 **Emerson Prates, INGÁ:** Olá! Boa tarde! Boa tarde a todos! Acho que aconteceu um
55 equívoco. Eu não me pronunciei. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente,**
56 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, eu estava comentando que não estou
57 conseguindo liberar o som para o Professor Paulo Brack. Vou tentar mais uma vez. Senão, eu
58 passo a palavra para o próximo inscrito e nós tentamos resolver. E de fato não estou
59 conseguindo. Vou passar a palavra para o próximo inscrito para o período de comunicações,
60 que é o Conselheiro Oscar. Conselheiro Oscar, vou liberar o seu microfone e o senhor está



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

61 com a palavra. **Oscar Gilberto Escher, ABRASINOS:** Boa tarde! Eu apenas me manifestei,
62 como não fui mencionado na chamada, mas eu já registrei no chat. Então, tá tudo OK e nada a
63 acrescentar. Obrigado! **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
64 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ah, então, tá bem, Conselheiro. Obrigada!
65 Presença registrada. O próximo que pediu a palavra? Conselheira Lisiane Becker, do CRBio,
66 não foi mencionada, mas já está registrada a presença. A Conselheira Alessandra informa que
67 tem outra reunião. Não tem problema. Então, eu só precisava passar a palavra para o INGÁ.
68 Eu tenho outro representante aqui do INGÁ, que é... Não, Professor Paulo, já está com a
69 palavra. Aparece aqui para mim que o senhor conseguiu desmutar o seu microfone. **Paulo**
70 **Brack, INGÁ:** Sei que o período aí é complicado, mas a gente gostaria de tratar de algumas
71 questões em relação ao que a gente tem a ver com o edital, para as eleições. A gente gostaria
72 depois de só destacar uma questão que é muito importante. Nós, inclusive, como INGÁ,
73 também estamos solicitando a superação desse problema, né? E também viemos reivindicar,
74 que eu acho que nós vamos fazer por ofício até depois, vamos encaminhar por ofício. Nós
75 queremos que todos os empreendimentos que estejam sendo avaliados, analisados pelo
76 CMDUA passem para cá, sejamos informados também. Por outro lado, também é bom a gente
77 destacar que nós não recebemos aqui no nosso Conselho nenhuma informação interna, nem na
78 convocação das reuniões anteriores, o edital referente ao preenchimento de vagas. Então, isso
79 é uma questão que o pessoal tá reclamando e tal. Eu acho que eu busquei nos meus e-mails e
80 não, não constatei. Acho que é muito importante que os editais convocatórios para esse
81 preenchimento de vagas, eles sejam encaminhados para os representantes, para as entidades
82 que estão fazendo parte. Até porque algumas entidades que eu contatei não sabiam do edital.
83 Então, aquilo que depois vai ser falado aqui, em relação ao deserto de inscrições, ela se refere
84 a que a divulgação não foi feita, entre outros aspectos. Mas, por outro lado, nós reiteramos
85 também uma série de empreendimentos que hoje estão sendo licenciados. Um deles junto ao
86 Morro do Osso. O Morro do Osso é um deles, mas isso aí a gente depois vai ver, mas tem um
87 que é muito importante também, que é junto ao Refúgio da Vida Silvestre, lá no Morro São
88 Pedro, a 100 m da Unidade de Conservação e a gente teria que analisar com mais detalhe essas
89 licenças. Já existe uma licença prévia para a mineração numa área de entorno da área de
90 amortecimento, em relação à Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre. Nós



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

91 gostaríamos de analisar isso dentro do Conselho, que, por outro lado, seja sustado qualquer
92 licença de instalação, até porque essa situação de zona de amortecimento, ela tem que ser
93 avaliada. E outro empreendimento que também tá gerando polêmica lá no Morro do Osso,
94 próximo no Morro do Osso, também na Vila Conceição e que houve também protesto, o
95 pessoal entrou em contato com a gente. Então, a gente gostaria que essas questões relativas às
96 áreas de amortecimento das Unidades de Conservação tivessem um olhar aqui, que passassem
97 esses processos por dentro do COMAM e que a gente tivesse também acesso aos processos de
98 forma digital, como hoje existe no sistema online de licenciamento da FEPAM. A gente tem
99 condição de buscar as informações dos processos, aqui é mais dificultado e nós temos só uma
100 pequena emenda lá da licença como ela foi dada, mas gostaríamos que todo o processo de
101 licenciamento estivesse disponível para o acesso de qualquer pessoa, não dos membros do
102 Conselho, como qualquer outra pessoa, como isso já existe há mais de 10, 15 anos no
103 IBAMA, né? IBAMA, qualquer estudo de impacto ambiental a gente tem condição de ir lá
104 avaliar todo o processo. Uma coisa que seria muito importante para dar transparência com
105 relação a esses licenciamentos. Então, a gente reitera a necessidade de reavaliarmos as licenças
106 prévias para a mineração em áreas de extrema importância para a conservação da
107 biodiversidade, seja ela lá no Morro São Pedro, como também no Morro da Extrema, tá? São
108 dois processos que a gente vai encaminhar isso por ofício. Solicitamos que seja sustada
109 qualquer licença de instalação enquanto esses processos não passarem aqui pelo COMAM..
110 **Obrigado. Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
111 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro, pelas suas contribuições. Como de
112 praxe, nós fazemos aqui, a Doutora Ângela já fazia, eu estou seguindo na mesma linha, todos
113 os encaminhamentos e todos os pedidos de vocês ficam registrados em ata, mas nós também
114 anotamos aqui, e assim que possível ou tão breve for possível, a gente passa as respostas.
115 Porque muitas vezes dependem de mais setores e de mais pessoas. Então, seus pedidos foram
116 registrados e tão logo for possível, a gente já encaminha as respostas. Com relação ao edital e
117 às eleições, assim que passar a aprovação das atas, eu preparei um compilado de informações
118 que eu acho bem importante, e se faltar alguma, Professor Paulo, senhor por favor me sinalize.
119 Se faltar alguma informação para dividir com todo o grupo, com todo o Conselho, o senhor



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

120 pode, sem nenhum problema, me sinalizar. Eu quero trazer para o grande grupo as últimas
121 atualizações e devido à importância do tema, que são as eleições.

122 **3. ORDEM DO DIA:**

123 **3.1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES 21 DE DEZEMBRO DE 2023, DIA 11**
124 **DE ABRIL DE 2024 E NO DIA 25 DE ABRIL DE 2024;**

125 Seguindo na nossa ordem, pessoal, nós temos três atas para aprovar. Nós temos a ata do dia
126 21 de dezembro, a ata do dia 11 de abril e a ata do dia 25 de abril. Os senhores devem ter
127 recebido pelo e-mail para prévia leitura. E eu gostaria de saber se algum conselheiro tem
128 alguma consideração, ou alguma correção, ou alguma observação a fazer com relação a essas
129 atas. Se não tivermos nada, elas serão aprovadas e publicadas no site. Estou acompanhando
130 aqui. O Secretário Germano ele não está, por isso hoje estou fazendo as vezes de vice-
131 presidente e a Secretária Maria Caravagio informa que não tem consideração a fazer.
132 Obrigada, Conselheira! E questiono os demais, então, se tem alguma consideração. José
133 Renato de Oliveira Barcelos, pelo MJDH... Ah, perdão, perdão! De repente me passei aqui, já
134 vou dar a palavra a todos que estão solicitando. José Renato, um segundo. Pediu primeiro? Tá,
135 então, só para a gente seguir a ordem. Então, na nossa lista de comunicações, Conselheira
136 Maria Caravagio, depois Conselheiro José Renato, na ordem. Com a palavra, conselheira
137 **Maria! Maria Caravagio Nunes, TODAVIDA:** Boa tarde a todos e todas! Doutora Gabriela,
138 na ata do dia 25/04, na linha 79 cita que o processo eleitoral ele está sendo realizado com o
139 Comitê Executivo. E quem faz parte do Comitê Executivo? A SMAMUS, o TODAVIDA e a
140 PUC. Esse processo, eu gostaria, então, que fosse retificada essa linha 79, porque ele não
141 passou pelo Comitê Executivo, tá? Então, por favor, só essa observação. Obrigada! **Gabriela**
142 **Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
143 **SMAMUS:** Tá bem, Conselheira Maria. Retificação recebida. A nossa taquígrafa Patrícia está
144 nos escutando e ela pode sim fazer essa inserção, assim como vai ficar a inserção nesse registro
145 desta ata. E depois eu tenho também, conselheiros, algumas informações importantes também
146 sobre o Comitê Executivo e as nossas, enfim, ideias para o próximo edital. Mas já já, sem
147 *spoilers*, já falando sobre isso. **José Renato de Oliveira Barcelos, MJDH:** Uma boa tarde a
148 todos os conselheiros e conselheiras e também a você, Gabriela, que está coordenando. E em
149 nome do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eu como conselheiro suplente da



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

150 Conselheira Andreia Carneiro, ocupo então este espaço de comunicações para lançar alguns
151 assuntos que, obviamente, em 5 minutos não vai ser possível a gente tratar. Mas são assuntos,
152 na minha opinião, bastante relevantes sobre os quais, com fundamento no artigo 2º, inciso 12º
153 e também no artigo 5º, inciso 3º do Decreto 11.638/96, o Secretário precisa esclarecer.
154 Solicitamos por meio desses dispositivos legais o esclarecimento ao Secretário. Eu vou
155 formalizar depois isso por documento, para que fique mais claro, os quais eu vou simplesmente
156 enunciar agora, mas ao longo do nosso encontro eu vou retomar esses assuntos. Eu prefiro
157 retomar esses assuntos de uma forma um pouco mais detalhada, até porque já alguns deles, por
158 exemplo, como que eu vou dizer agora, vou relatar agora, nós recebemos uma comunicação há
159 pouco tempo. Tomamos conhecimento no Movimento de Justiça e Direitos Humanos de uma
160 representação feita pelo Vereador Roberto Robaina ao Ministério Público Estadual, na pessoa
161 do Doutor Alexandre Sikinovez, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do
162 Sul, de uma situação que nos causa muita preocupação e que sugere irregularidades aqui, do
163 ponto de vista do envolvimento não só da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, como também
164 da SMAMUS, com interesses privados e corporativos aqui de vários grupos econômicos de
165 Porto Alegre. Dentre eles, vou citar rapidamente, porque eu não tive oportunidade de ler o
166 documento ainda, a Construtora Melnick e mais algumas empresas privadas aqui. Eu não estou
167 localizando aqui agora. Enfim, mas o documento tá muito claro, ele sinaliza inclusive um
168 trabalho feito pela Universidade Federal, de um grupo constituído para estudar, examinar e
169 esclarecer as relações entre o poder público e o setor privado, que se chamou, foi conduzido
170 inclusive pelo Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade Federal, "Os Donos da
171 Cidade", que levanta várias questões intrigantes e preocupantes do ponto de vista da relação
172 do poder público com o setor privado. Então, esse assunto precisa ser esclarecido. Vamos
173 solicitar, por escrito, mas já estou antecipando aqui, dando um *spoiler*, como a gente diz, o
174 assunto ao Secretário Germano Bremm, até porque ele como titular de ambos os Conselhos
175 que, na nossa opinião, não só na minha opinião, mas do ponto de vista legal, exercem funções
176 da mais alta relevância na Cidade de Porto Alegre. Ele preside os dois Conselhos, tanto o
177 CMDUA quanto o COMAM, precisa esclarecer. Até porque os Conselhos são órgãos de
178 interlocução e de ligação da sociedade civil com o poder público. Isso precisa ficar
179 absolutamente claro. O segundo ponto, eu quero me somar à questão já levantada pelo



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

180 Professor Paulo Brack aqui com relação ao cruzamento, não só o cruzamento de pautas, como
181 também a interlocução entre o CMDUA, que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento
182 Urbano Ambiental, e o COMAM. Tanto é que os dois Conselhos têm a questão ambiental
183 como denominação comum e são absolutamente conexos do ponto de vista de todas as
184 matérias que são examinadas aqui, sobretudo num contexto de colapso climático, enfim, de
185 emergência climática, não há o que justifique que não haver essa interlocução. Inclusive, o
186 Secretário é o Secretário que gerencia, que preside ambos os Conselhos. Então, cada vez mais
187 é necessária e se justifica essa interlocução. Não pode haver, não só falta de comunicação,
188 como aprovação, em que pese as competências serem muito bem estabelecidas em cada um
189 dos Conselhos, sem uma comunicação, uma interlocução entre os dois, entre os dois lados.
190 Então, ao pleito do que o Professor Paulo expressou, é muito pertinente e está inclusive, eu
191 estava examinando aqui a legislação, inclusive, a lei que criou o COMAM, fixa isso de uma
192 forma muito clara no artigo 7º lá, inciso 12º, que compete ao COMAM, estabelecer integração
193 com órgãos estaduais, federais, internacionais, bem como os municípios da Região
194 Metropolitana, no que diz respeito às questões ambientais. Ou seja, esse artigo, ele remete a
195 uma possibilidade de interlocução entre os Conselhos também, o artigo 3º, aliás, no inciso 13º
196 tá bem claro isso. Então, é reforçar isso e também, como última comunicação do tempo que
197 ainda me resta dos 5 minutos, quero reiterar aqui que o Comitê Executivo tem a competência e
198 pode restabelecer o processo seletivo de escolha das entidades que compõem o Conselho
199 Municipal do Meio Ambiente para o próximo biênio, da forma legal e estabelecida em
200 regimento, não da forma que efetivamente ocorreu. Na realidade, um sorteio que não atende
201 não só as exigências legais, como também do ponto de vista ético é absolutamente
202 questionável e discutível. Tanto é que foi impugnado judicialmente inclusive, por duas das
203 nossas mais importantes entidades ambientalistas, a AGAPAN e o INGÁ, com toda a justeza e
204 a adequação. Então, é preciso que o Comitê Executivo retome o processo. Está estabelecido
205 em regime interno de uma forma muito clara, para que se componha de uma forma, Gabriela,
206 adequada esse importante órgão de deliberação municipal, do qual a sociedade civil não só não
207 pode abrir mão, como o poder público também tem a obrigação de preservar, né? Não só o
208 Prefeito, como o Secretário também. Em princípio, serão essas as colocações. Obrigado!
209 **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

210 – **SMAMUS:** Eu que agradeço, Conselheiro. E da mesma forma que foi explicado ao
211 Professor Paulo, todos os encaminhamentos de vocês estão sendo levados a registro, não só na
212 ata, mas nós também temos um documento em paralelo aqui, que são encaminhamentos
213 importantes, e a gente debate aqui internamente, e antes mesmo da ata, muitas vezes demoram
214 um pouquinho para ata ser aprovada e ser publicada, para que nós também tenhamos a
215 possibilidade de revisitar esses encaminhamentos, e daqui a pouco, numa próxima sessão, a
216 gente já consiga falar sobre eles. **José Renato de Oliveira Barcelos, MJDH:** Gabriela, só um
217 momento! Uma questão de ordem, por favor! Eu cometi um pequeno equívoco. O artigo que
218 fundamenta a colocação do Professor Paulo, é o artigo 7º, da lei complementar que criou o
219 COMAM, inciso 13º: "Participar de atividades correlatas de competência de outros órgãos ou
220 Conselhos Municipais". Então, há um fundamento legal bastante importante no postulado do
221 CRBio. Obrigado! **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
222 **Sustentabilidade** – **SMAMUS:** Sim, sim, não, correção anotada também, Conselheiro. Mas,
223 dando continuidade, nós estamos aqui tomando nota e o senhor também comenta que vai
224 encaminhar por escrito. Então, por favor, já me coloco à disposição para receber esse
225 documento, e na medida do possível, nós já encaminharmos, porque, em verdade, todos nós
226 aqui estamos convergindo no mesmo denominador, no mesmo objetivo, queremos fazer o
227 nosso melhor, e só para terminar então o ponto, porque nós já vamos entrar em muitas dessas
228 questões do Comitê Executivo, do processo eleitoral, da ação civil pública que eu quero dividir
229 com o grande grupo, não sei se é de conhecimento de todos. Então, já adentramos nesse ponto
230 que tem muito a ver com as suas ponderações. Então, lhe agradeço, Conselheiro José Renato!
231 E, só indo adiante, fora a observação da Conselheira Maria Caravagio, podemos então aprovar
232 as demais atas? As outras duas demais? Entendo que não havendo objeções, já podemos
233 encaminhar, porque assim também publicamos esses documentos para a população no site da
234 Prefeitura. Então, Renata, na medida em que não temos nenhuma observação, depois já
235 encaminhamos a aprovação.

236 **3.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESULTADO DE DESERÇÃO DAS ELEIÇÕES E**
237 **NECESSIDADE DE NOVA PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS DOS**
238 **CONSELHEIROS;**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

239 Prezados, vamos lá. Adentrado o item das considerações sobre o resultado das eleições. Eu
240 quero me comprometer com os senhores, tendo em vista, que o Professor Paulo já conversou
241 comigo, agora o Conselheiro José Renato, questionam muito a publicidade, a informação, a
242 importância, e obviamente que todos que aqui estão presentes entendem a importância de um
243 processo seletivo que vai compor o nosso Conselho para os próximos 2 anos. Então, quero
244 fazer um compromisso com os senhores de mandar um compilado com as publicações do
245 DOPA, com o edital que foi publicado, com a calamidade, a lamentável suspensão que nós
246 tivemos no Conselho, que acabou atrapalhando a efetividade do Edital 001. Alguns
247 conselheiros me fizeram essa pergunta: "Gabriela, mas por que nós temos dois editais?" Então,
248 eu quero me comprometer com os senhores de mandar isso para os e-mails de vocês, com essa
249 cronologia. Para quê? Para demonstrar as publicações, para demonstrar que esse nosso ano de
250 2024, de fato foi um ano muito complicado em termos de suspensão de atividades, retomada
251 de atividades, tivemos problemas seríssimos. Fora o que todos vocês já sabem, mais estruturais
252 aqui dos servidores da Prefeitura. Então, pode sim, pessoal, ter passado algo por nós, podemos
253 sim ter errado no sentido da comunicação, no sentido de encaminhar documentos. Mas o que
254 nós fizemos, eu me comprometo com os senhores de encaminhar, para que todos nós
255 estejamos na mesma página, como a gente gosta de dizer aqui. Eu quero também dividir com
256 os senhores que hoje existe uma ação civil pública tramitando onde o INGÁ e a AGAPAN
257 ingressaram, pedindo exatamente a suspensão do edital, pedindo que esse edital fosse revisto.
258 Então, nós tivemos o Edital 001. Depois tivemos as enchentes, a suspensão das atividades.
259 Republicamos o edital que nós, por necessidade, renomeamos para Edital 002, e como nós não
260 obtivemos registros de inscrições suficientes, esse Edital 002 foi declarado deserto. Ou seja,
261 nós não estamos mais em período eleitoral com o Edital 002. A ação civil pública movida pelo
262 INGÁ e pela AGAPAN, buscavam, um dos pedidos era a suspensão desse edital. Então, hoje o
263 que nós temos? Nós temos um processo judicial que está suspenso, exatamente porque os
264 autores da ação, nós enquanto Prefeitura, a Promotoria Especializada de Meio Ambiente, na
265 audiência, onde estava presente, hoje aqui, apenas o Professor Paulo Brack estava presente.
266 Então, qualquer coisa que eu esteja dizendo, Professor Paulo, que não seja o que foi falado,
267 pode sinalizar no chat, mas o que ficou, o que nós combinamos? Que esse processo seria
268 suspenso, para que sim, para que a gente se debruce no tema, e pense: "De que forma nós



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

269 podemos melhorar a composição do COMAM?" Nós temos uma decisão recente que sim fala
270 sobre a questão do sorteio. Nós aqui, enquanto Prefeitura, e até enquanto, eu, né,
271 particularmente, entendo que existem sim efeitos da recente decisão do STF, mas não é o
272 mesmo caso. Então, é uma opinião particular minha, mas eu acho que sim, eu acho que a gente
273 pode aproveitar a oportunidade, rever essa questão. E exatamente aí em onde nós estamos,
274 dentro desse momento em que nós aqui estamos estudando, essa é a palavra, uma forma de
275 contemplar as ideias do INGÁ e da AGAPAN, e daqui a pouco de demais entidades que não
276 fazem parte do polo ativo da ação, para que a gente esteja andando juntos e pensando uma
277 melhor forma de publicarmos o Edital 003, então. Então, o que acontece? Conforme eu disse,
278 eu vou enviar para os senhores, vou aproveitar e vou enviar, porque alguns conselheiros me
279 pedem: "Gabriela, eu não sei se eu sou membro, se eu sou titular, se eu sou suplente". Muitas
280 mudanças ocorreram, inclusive a vice-presidência do COMAM que antes era exercida pela
281 Doutora Ângela Molin, nós ainda não fizemos essa portaria de atualização. Então, eu acho que
282 é importante, eu já mando para os senhores, a gente já atualiza, mas eu preciso também dividir
283 com os senhores, dentro desse mesmo contexto, a necessidade de prorrogar os mandatos
284 existentes hoje, exatamente para que o nosso Conselho não fique suspenso. Então o que
285 acontece? Nós vamos sim, SMAMUS, Conselho Executivo, que eu desde já, composto hoje
286 pelo TODAVIDA, Conselheira Maria Caravagio nos escuta, PUC, Conselheiro Odilon, que
287 recentemente me informou que está no lugar do Conselheiro Nelson. Então, nós também
288 vamos aproveitar para fazer essa atualização. Então, SMAMUS, Secretaria Executiva, Comitê
289 Executivo, nós vamos, após esses estudos, pensarmos em um edital que vai ser o 003 de 2024.
290 E aí juntos nós vamos corrigir falhas que podem ter acontecido, mas buscando implementar um
291 processo em que todos acreditem que ele seja válido, que ele seja legítimo. E aí eu faço esse
292 compromisso com os senhores. Então, vou mandar esse material para vocês, mas preciso
293 colocar para o grande grupo essa necessidade de renovarmos os mandatos, tanto dos
294 conselheiros do COMAM, quanto das Câmaras Técnicas, até o final do ano. E a nossa ideia
295 aqui, enquanto Prefeitura, seria o seguinte: renovar até 31 de dezembro de 2024 ou até o final
296 do processo eleitoral, que nós esperamos que aconteça antes disso. Então, seria uma
297 prorrogação a termo, ou até 31 de dezembro, que na verdade encerra a gestão atual, ou até o
298 final do processo positivo de eleições, que eu particularmente espero que aconteça nos meses



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

299 de novembro, finalzinho de outubro, considerando o final das eleições municipais. Que é
300 importante, pessoal, não sei se comentei aqui. A Prefeitura como um todo, fica muito restrita
301 no período eleitoral. Então, nós não conseguimos publicar nas redes sociais, nós não
302 conseguimos enviar ofício para as entidades. Não tiro a razão dos senhores, Professor Paulo
303 comentou isso em audiência, não foi publicizado, tem muita entidade que não sabe. É verdade!
304 Eu dou razão a vocês nesse ponto, mas, na verdade, nós também não poderíamos fazer uma
305 grande divulgação por uma restrição eleitoral. Então, eu acho que neste ano conturbado como
306 está, nós temos a oportunidade de começarmos do zero, então, um processo eleitoral, dentro
307 da ideia que eu estava comentando, de estudar e ver a melhor forma, e aí sim divulgar para
308 todas as entidades, conforme é a vontade de todos, e terminarmos esse ano com uma nova
309 composição. Ou se passar 31 de dezembro de 2024, a gente tem essa prorrogação até um
310 resultado positivo das eleições. Alguém quer fazer alguma contribuição, pessoal, nesse
311 sentido? Não havendo nada no chat, deixa eu prosseguir. Aproveitem, Conselheiros, e podem
312 me dizer também, aproveitem para refletir para que a gente possa encaminhar essa questão da
313 renovação, eu vejo de extrema necessidade, tendo em vista o cenário que estamos. Então, na
314 ordem de pedido, o Conselheiro Gerard, Conselheiro José Renato, Conselheira Maria
315 Caravagio e Conselheiro Paulo Brack. Com a palavra o Conselheiro Gerard. E me perdoa,
316 Conselheiro, se não estou pronunciando o seu nome corretamente. **Gerhard Ernst Overbeck,**
317 **IGRE:** Obrigado, Gabriela. Boa tarde a todos! Agradeço as explicações. Só gostaria de
318 mencionar, o Paulo Brack já colocou, acho que já tem propostas do edital e tudo mais. Acho
319 que dá pra revisar isso, mas eu gostaria, mesmo após as suas explicações, pedir um
320 esclarecimento a mais sobre as razões, porque as entidades que estavam inscritas, embora não
321 concordando com o formato do processo, né, esse sorteio, por que não foram habilitadas? Eu
322 gostaria que isso fique mais claro. Nós nem sequer fomos informados. O IGRE se
323 inscreveu, mas a gente não recebeu a informação, retorno nenhum sobre isso. Eu acho isso
324 extremamente importante. Eu também não achei nada no edital que tenha um número mínimo
325 de entidades. Então, entendo que a situação mudou, tudo vai ter que ser refeito, acho que deve
326 ser refeito no modo mais adequado nesse formato. Mesmo assim eu gostaria de ter esse
327 esclarecimento, podemos discutir isso dentro da nossa entidade. **Gabriela Brasil, Secretária**
328 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Claro,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

329 Conselheiro, e de fato faltou essa informação. Agradeço a pergunta. O que é que aconteceu?
330 Nós tivemos, até busquei aqui no meu celular a tabela que eu enviei há pouco. Nós tivemos
331 dentro das sete vagas, que hoje o nosso regimento diz que são eleitas, dentro das sete, nós
332 tivemos apenas a Central Sindical dos Trabalhadores, o IGRE e o INGÁ. Apenas essas. Das
333 sete vagas que nós tínhamos tivemos o IGRE, INGÁ e CUT - Central Única de Trabalhadores.
334 E mais algumas de assento fixo, mas por essa razão, conselheiro, nós entendemos que não teria
335 como continuar nesse processo seletivo, porque nós temos outras vagas que ficaram vacantes
336 de nenhum interesse e de nenhuma inscrição, mesmo não habilitadas. Essas três que se
337 inscreveram foram habilitadas. Mas como nós não tivemos nenhuma procura nas demais vagas,
338 entendemos por inviável continuar nesse processo seletivo. Na medida em que o COMAM, a
339 nossa legislação prevê 27 cadeiras, nós entendemos que seria muito prejudicial. Então, foi uma
340 decisão, assim, particularmente, estratégica, né? Particularmente minha, de dizer, "Poxa, com
341 certeza o pessoal não vai se sentir validado, legitimado, na medida em que nós tivemos de sete
342 apenas três inscrições". Foi publicado no DOPA Oficial do Município essa deserção, nós
343 também já tínhamos conhecimento da ação civil pública, e aí eu lhe digo, foi no intuito de
344 então "vamos repensar". Eu acho que podemos sim ter cometido alguns erros durante esse ano
345 de falta de comunicação ou de publicidade. Então, eu acho que a grande questão seria essa:
346 vamos juntos compor um Conselho em que todos estejam fielmente participativos e
347 dignamente se sentindo representados. Foi por essa questão. O problema da falta de
348 publicização, de publicidade, aí eu expliquei para os senhores. Nós tivemos o Edital 001 em
349 abril, em maio enchentes, maio e junho praticamente nós não conseguimos trabalhar,
350 retomamos as atividades e aí publicamos um segundo edital e logo veio a legislação eleitoral e
351 nos restringiu muito. Então, de fato, ficou muito complicado dar prosseguimento. E o
352 resultado, de sete, apenas três entidades, nos fez pensar que a melhor decisão seria compormos
353 juntos e trabalharmos juntos num terceiro edital. Foi por essa razão. Conselheiro José Renato é
354 o próximo inscrito. Com a palavra, conselheiro. **José Renato de Oliveira Barcelos, MJDH:**
355 Ok, obrigado. Gabriela, primeiro, em primeiro lugar eu acho importante registrar que é
356 importante que haja essa retomada e essa abertura para o diálogo, porque o COMAM é um
357 Conselho, assim como os outros conselhos municipais, extremamente importante pelas
358 prerrogativas que ele tem. Então, a gente quer exatamente estabelecer o diálogo. Mas, agora,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

359 uma demanda pessoal minha, como eu estou me reintegrando agora ao Conselho, eu preciso
360 saber quem é a Gabriela. Qual é o teu lugar de fala, ou seja, tu estás falando pelo Secretário,
361 como é? Esclarece isso. Até porque tem demandas que, inclusive, a presença do Secretário no
362 Conselho, é uma demanda antiga nossa. O Secretário não pode ser ausentado do Conselho, ele
363 tem que estar aqui porque a gente tem coisas a dizer a ele, tem que ser realmente quem tenha o
364 poder de decisão. Eu não sei se tu tens essa prerrogativa, como é que funciona isso? **Gabriela**
365 **Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
366 **SMAMUS:** Conselheiro, sim, eu entendo e eu também gostaria muito que ele estivesse aqui.
367 Eu comentei com ele que seria muito importante. Eu sou Gabriela Brasil, sou advogada e sou
368 servidora pública há não tanto tempo assim, mas já milito bastante na área, gosto bastante, sou
369 apaixonada pela pauta. Assumi a assessoria técnica aqui da Prefeitura e junto com ela eu recebi
370 o COMAM de presente. Eu também faço parte do CMDUA. Então, vocês, certamente, me
371 verão por lá. Aqui no COMAM, eu sou vice-presidente, e lá no CMDUA eu sou Secretária
372 Executiva. Na verdade, por ser advogada e por também gostar muito da matéria, o Secretário
373 Germano primeiro me convidou para fazer parte do CMDUA e quando eu assumi a assessoria
374 técnica, eu também vim pro COMAM. Mas, eu concordo com o senhor, expliquei para ele,
375 mas na minha gestão, enquanto vice-presidente do COMAM, nós tivemos, de fato, poucas
376 oportunidades que não estivéssemos nos caos. Hoje o Secretário Germano está em agenda do
377 escritório de reconstrução. Ontem foi apresentada e foi dada a ordem de início para alguns
378 projetos bem importantes. Então, eu entendo, concordo, e o que eu tenho para dizer para os
379 senhores todos é que, lamentavelmente, neste momento foi uma questão de agenda, porque
380 estava tudo pronto para ele estar aqui comigo, enfim, ele não conseguiu comparecer. No
381 próximo COMAM, eu me comprometo também a agendar com antecedência, como secretária
382 dele. Certamente ele gostaria de estar aqui. Hoje ele não conseguiu, mas eu concordo, tem
383 coisas que os conselheiros gostariam de dizer a ele, e sim, ele tem o poder de decisão. Eu faço
384 as vezes de vice-presidente. Claro que qualquer encaminhamento emergencial podem passar a
385 mim, mas eu entendo que tem várias questões que seria com ele. **José Renato de Oliveira**
386 **Barcelos, MJDH:** Não é, evidentemente, nenhum demérito a tua participação, quero que fique
387 muito claro isso, inclusive não só para ti, como para todos os conselheiros e conselheiras,
388 Gabriela. Mas a gente precisa saber efetivamente aonde é que estão as pessoas e quais os



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

389 lugares que elas ocupam. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente,**
390 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Com certeza. **José Renato de Oliveira**
391 **Barcelos, MJDH:** É, retomando a matéria que tu colocasse para deliberação, pessoalmente, o
392 Movimento de Justiça e Direitos Humanos acha muito prematuro a gente tomar uma decisão
393 hoje acerca da continuidade, da renovação. Até porque eu acredito que as entidades precisam
394 deliberar isso nos seus fóruns, nos seus espaços, como o Gerhard aqui já colocou também, e o
395 Paulo Brack foi muito claro. A gente precisa discutir isso internamente e ver se é conveniente
396 já que, aí entrando no terceiro e penúltimo ponto, na realidade, isso é uma prerrogativa do
397 poder público, ou seja, houve uma falha no processo, evidentemente que houve falha de
398 comunicação, as entidades ambientalistas, como se falou aqui antes, precisaram ingressar em
399 juízo para assegurar um direito líquido e certo, vamos dizer assim. Há uma ação em juízo, ou
400 seja, a questão está judicializada e o poder público, infelizmente, apesar de todas as
401 justificativas que tu disseste, tem prerrogativas imperativas, ou seja, para conduzir o processo.
402 Ou seja, não é uma atribuição que de repente precisa ser, pode ser transferida a nós da
403 sociedade civil. A gente entende, mas precisa haver uma assunção assim de responsabilidade
404 do poder público em relação a isso e tu já colocasse de uma forma muito clara isso também.
405 Então, fechando a minha participação, eu acho que é prematuro a gente tomar uma decisão
406 hoje. A gente pode deixar um indicativo, a gente pode marcar uma reunião extraordinária para
407 os próximos dias, enfim, para deliberar, enfim, sobre isso, se as entidades assim entenderem
408 que é adequado. Mas o que eu quero chamar atenção também, para finalizar, é que esse
409 processo, a regularidade do processo, a composição efetivamente de um fórum democrático e
410 de comunicação da sociedade civil com o poder público e tudo mais, é uma prerrogativa,
411 existe uma normatividade aí. Isso não depende, independe da vontade do poder público ou das
412 entidades que compõem o Conselho. Todos nós conselheiros aqui, somos um Conselho de
413 iguais, como a gente diz. Ou seja, a norma e o regimento, a norma não só estatutária, como
414 regimental que regula o processo, isso que eu quero dizer. Independentemente das vontades de
415 cada entidade ou de cada pessoa. Não é o que é bom para cada um, um ou dois ou três que
416 precisa vigorar e sim evidentemente as regras que são estabelecidas de uma forma muito clara
417 pelo regimento e pelo regulamento que está colocado. Então, é seguir as normas e oportunizar,
418 como tu já bem sinalizaste, Gabriela, o debate democrático, enfim, a retomada quando houver



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

419 falhas e tudo mais, para que a sociedade civil possa participar, e a gente possa efetivamente
420 atacar os problemas que a cidade tem, que são muitos, né? E a gente, para colocar isso aqui,
421 precisaria de uma tarde inteira e não, não seria o suficiente também, coisas que o COMAM
422 tem que se responsabilizar sobre eles. Obrigado, então, pelo espaço. **Gabriela Brasil,**
423 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** De
424 nada. Recebendo, então, conselheiro, com certeza a sua contribuição. A única questão, então,
425 vou sugerir aos colegas e vamos ver se juntos a gente consegue compor. A nossa portaria, ela
426 diz que os nossos mandatos, tanto de conselheiros quanto de, enfim, titulares, suplentes,
427 conselheiros do COMAM e das Câmaras Técnicas, ela tem vigência até o final de agosto.
428 Então, acolhendo o seu pedido, eu vou sugerir para os colegas o seguinte: no mês que vem nós
429 temos um COMAM, né, onde nós voltaremos a esse mesmo local, nesse mesmo horário para
430 darmos prosseguimento aos trabalhos. Mas eu gostaria, então, que todos pudessem refletir
431 sobre essa questão e em sendo possível, na próxima reunião do COMAM, nós aprovamos essa
432 renovação ou não, porque se nós não a aprovarmos, aí o COMAM fica suspenso. E essa não é
433 uma decisão da Presidência, essa é uma decisão do colégio, né, do plenário. Então, eu acho
434 que sim, acho justo que todos nós façamos uma reflexão sobre o ponto. Na próxima reunião
435 do COMAM, que vai ser no mês que vem, a gente, enfim, aprova ou não essa renovação. E se
436 aprovarmos, seguimos, e se não aprovarmos, aí já pensamos nessa suspensão. Eu digo isso
437 porque, de hoje até a próxima reunião do COMAM, eu acredito que a gente consiga fazer
438 retroativo, o COMAM, ele é realizado na última quinta-feira do mês. Então, vai ser... Não
439 tenho aqui de cabeça a data de setembro, mas a gente reflete até lá, então, se todos
440 concordarem. Tem uma colocação? Já lhe passo. 26? 26 de setembro e fazemos uma portaria
441 com data retroativa ou pensamos de repente num plano B. Mas, de forma alguma, quero
442 conduzi-los a definir hoje. Se o senhor acha, assim, e os demais também, que vale a pena uma
443 reflexão, eu estou à disposição dos senhores. Uma colocação para a gente finalizar, depois eu
444 passo a palavra então para os demais que estavam inscritos. Pode falar. **José Renato de**
445 **Oliveira Barcelos, MJDH:** Não, apenas para referir o seguinte, eu acho bom o
446 encaminhamento, mas a sugestão é que talvez seja necessário, antes da próxima, né, daqui a 30
447 dias, uma deliberação nesse sentido dada a urgência. Então, se deixarmos a possibilidade de
448 através de uma reunião extraordinária já deliberarmos, não sei, uma sugestão. A sugestão, na



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

449 realidade, é a título de sugestão. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente,**
450 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou ouvir os demais. Enquanto isso, a
451 nossa secretária executiva vai verificando que datas seriam disponíveis. A próxima inscrita é a
452 Conselheira Maria Caravagio. Por favor, conselheira, com a palavra. **Maria Caravagio**
453 **Nunes, TODAVIDA:** Obrigada, Doutora Gabriela. Bem, eu penso que todos nós entendemos
454 que foi um processo um tanto complicado no sentido de muitas coisas que aconteceram, até
455 mesmo que a tua vinda, né, a tua chegada, logo depois que a Doutora Ângela saiu, foi em
456 março, abril, início de abril que teve a reunião de apresentação. Então, logo em seguida houve
457 as enchentes e tudo mais, então, quer dizer assim, a gente entende isso, até porque são muitos
458 meandros, né? Então, fico feliz com a situação de estarmos nos encaminhando para um outro
459 edital, com a efetiva participação, então, do Comitê Executivo, já respondendo aqui ao
460 Professor Paulo Brack. O Comitê Executivo, ele existe, ele funciona, ele não funcionou nesse
461 período por conta de tudo o que aconteceu. Mas, enfim, em paralelo a isso, eu penso que vale
462 acionar a Câmara Técnica de Legislação para com que nós tenhamos um regramento feito para
463 as eleições do COMAM, baseado em outras experiências, experiência nacional, experiências
464 em outros conselhos também. Em relação à prorrogação dos mandatos, eu penso que seja uma
465 boa, considerando que estamos no processo que vamos iniciar um novo processo de eleição
466 para o próximo biênio. Então, um rompimento, o COMAM deixar de funcionar, não seria uma
467 alternativa muito boa, tá? É essa a minha opinião. Obrigada. **Gabriela Brasil, Secretária**
468 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** De nada,
469 Conselheira. Eu agradeço a sua fala e eu até aproveito para implorar aos colegas todos que
470 estão nos ouvindo, nós estamos com uma dificuldade muito grande de compor as Câmaras
471 Técnicas, sempre por ausência de quórum. Então, muito bem lembrado, Conselheira, é de
472 extrema importância que as Câmaras Técnicas funcionem, porque elas são nada mais do que
473 grupos específicos pra tratar de matérias específicas de extrema relevância. E nós estamos, eu
474 e a Renata que acompanhamos sempre, porque nós recebemos sempre, aliás, nós enviamos
475 sempre as a agenda, esperamos ansiosos pelos envios das pautas e, assim, nós não estamos
476 tendo quórum ou envio de pautas. Então, dentro do que cada um puder, eu acho que se cada
477 um fizer um pouquinho, a gente tem um resultado muito bom. Então, nos ajudem, porque é
478 sempre muito importante. E nós não estamos tendo reuniões de Câmaras Técnicas, ou por não



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

479 envio de pauta, ou por não efetivação de quórum. Então, obrigada, Conselheira Maria, eu acho
480 bem importante a sua fala. E vou fazer uma outra sugestão aos senhores. Vou ouvir aqui. Eu
481 acho que tem o Professor Paulo que quer falar e depois eu acho que nós poderíamos submeter
482 à votação. Eu acredito que hoje nós tenhamos quórum, a Secretária pode me ajudar? Não? É,
483 então, não temos quórum. Então, não vamos conseguir votar. Então, plano B, não temos
484 quórum. Plano B: nós temos a data do dia 15 de setembro, que nós poderíamos fazer uma
485 sessão extraordinária do COMAM ou seguimos na nossa ordinária que vai ser dia 26. E aí nós
486 podemos, se o pessoal puder sinalizar no chat se tem disponibilidade pro dia 15, a gente chama
487 uma extraordinária pra que a gente possa deliberar sobre isso, senão deliberamos no dia 26.
488 Passo a palavra então pro Conselheiro Paulo, que é o último inscrito para a fala, e aí
489 avançamos na pauta. Conselheiro Paulo, com a palavra. **Paulo Brack, INGA:** É, bom,
490 primeiro eu creio que é importante que o Conselho continue funcionando, apesar dessa
491 situação, realmente, mas por outro lado, claro que podem ser questionadas essas prorrogações
492 que estão ocorrendo indefinidamente. Mas, de qualquer maneira, eu acho que o pior cenário é
493 não ter reuniões do COMAM. Então, é importante mantê-las aí e ter a possibilidade de
494 prorrogar os mandatos. Para nós é importante. Em relação, Gabriela, não leva a mal, eu acho
495 que em relação à questão das atas, eu acho que deveria ter, no nosso entendimento, acho que
496 cada ata deveria ser votada separadamente, mas tudo bem. Mas de qualquer maneira, eu acho
497 que tem que ser a favor, contra e abstenção. Hoje não ocorreu esse processo, nós queríamos
498 nos abster para depois ter: “Olha, foi aprovado, não foi aprovado”. Então, acho que ali foi
499 um... Não sei se tu reconheces que foi um lapso ali. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal**
500 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Reconheço, reconheço.
501 **José Renato de Oliveira Barcelos, MJDH:** Então, pra gente ter isso. As próximas reuniões
502 as atas serem, claro, até não sei, acho que nós tínhamos o histórico, mas de qualquer maneira
503 nós não temos nada contra a questão das atas. E por outro lado, nós consideramos que o
504 Comitê Executivo tem um papel importantíssimo, porque tem a participação das entidades.
505 Tanto o TODAVIDA como também a PUC. Só que temos um problema, o Professor Nelson
506 não está mais na PUC, então, aí já temos um problema. Teria que ver alguma outra pessoa que
507 possa substituí-lo. E por outro lado, a gente gostaria muito que a Comissão Eleitoral fosse
508 constituída para que a Secretaria não tenha que assumir sozinha o papel. Eu acho que a gente,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

509 não é recomendável que a Secretaria, que é governo, tenha que fazer isso. Acho que o
510 COMAM tem que ter autonomia para definir através da Comissão Eleitoral o processo
511 eleitoral. Então, a gente considera que não é adequado que a Secretaria tenha que definir e
512 decidir as coisas sozinhas. Então, é muito importante esse fortalecimento do Comitê
513 Executivo, da Comissão Eleitoral, para que a partir desse fortalecimento, do funcionamento, a
514 retomada do funcionamento, enfim, se concretize isso. Obrigado. **Gabriela Brasil, Secretaria**
515 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Com certeza.
516 Eu, na minha percepção errada, eu achei, Professor Paulo, que nós tínhamos quórum, mas a
517 Secretaria Executiva me informa que não. Então, como que eu tinha imaginado, na medida em
518 que nós tínhamos quórum, as pessoas poderiam colocar no chat se tinham, se fossem
519 favoráveis, contrários ou abstenção. Mas as atas seguem na pauta, na medida em que não
520 temos quórum e sem quórum não podemos deliberar. E é um sentir meu, a Secretaria
521 Executiva informou 15, mas foi um equívoco, é 12 de setembro, que é uma quinta-feira. Eu
522 penso o seguinte, eu acho temerário, na medida em que as ordinárias nós estamos com muita
523 dificuldade em formar quórum, se nós agendássemos para o dia 12 de setembro e não
524 tivéssemos quórum, poderia prejudicar o dia 26, até em razão das agendas de todos. Então, a
525 minha sugestão é que a gente mantenha o dia 26 de setembro, que é uma reunião ordinária do
526 COMAM, que todos já estão acostumados com a última quinta-feira por mês e que aí sim nós
527 nos esforçamos, né, cada um de nós se compromete a trazer o nosso quórum para que a gente
528 possa votar. Porque nós aqui, eu como vice-presidente neste momento também fico numa
529 angústia pessoal querendo fazer com que os trabalhos andem, mas de fato, sem quórum, a
530 gente não consegue tão pouco votar as atas. E sim, Conselheiro Paulo, acolhido o seu pedido.
531 Serão votadas em separado, onde cada um vai se posicionar contrário, favorável ou abstenção.
532 Pode ficar tranquilo. “E pedimos para a Secretaria do COMAM a confirmação da participação
533 na reunião ordinária” [leitura do chat]. Que peça a confirmação? Sim, sim, sim, sim, podemos
534 fazer assim. Vamos avançar? Nós temos mais dois tópicos bem importantes e aí nesse
535 momento eu convido a nossa colega Carla Faillace para promover a apresentação do estudo
536 sobre mapeamento das áreas de preservação permanente. Carla, vou te dar aqui a palavra,
537 qualquer problema com compartilhamento de tela, por favor, nos avise, mas eu acho que tu
538 vais conseguir.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

539 **3.4. APRESENTAÇÃO DO PLANO OPERATIVO ANUAL DO PLANO MUNICIPAL**
540 **DA MATA ATLÂNTICA - PMMA CONFORME ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO**
541 **002/2023.**

542 **Carla Faillace, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**

543 **SMAMUS:** Sim. Na verdade, nós temos as duas apresentações marcadas para hoje, né. Do
544 Plano operacional da Mata Atlântica e do Mapeamento de Áreas de Preservação Permanente.

545 E eu pergunto, nós vamos ter tempo hábil para essas duas apresentações? A gente se restringe
546 a esse horário das 16 horas? Será que eu não começo pelo Plano Operacional da Mata
547 Atlântica, que é uma, entre aspas, "uma dívida" que nós temos com o Conselho desde o ano
548 passado, que a gente deveria ter feito essa apresentação? **Gabriela Brasil, Secretaria**

549 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos fazer o

550 seguinte. Eu acredito que não vá haver objeções. Nós fazemos as duas apresentações, quem
551 efetivamente precisar se ausentar depois pode sinalizar. Se for o caso, nós podemos repetir a
552 apresentação. Acho que o importante é que todos tenham acesso. Começamos pelo plano
553 operacional, então, e depois passamos para a segunda. A gente só inverte a pauta, sim, por ser

554 uma questão que já tá atrasada. A Conselheira Fabiana pergunta se as apresentações serão
555 feitas sem quórum, Conselheira Fabiana, sim. Faremos as duas, conselheiros, não se
556 preocupem. A gente só inverte a ordem, porque, enfim, entendemos que está mais atrasada a
557 da Mata Atlântica do que das APP's. Faremos sem quorum, conselheiros, porque nós estamos

558 com tanta dificuldade, eu aqui, a nossa equipe, particularmente, optamos por mesmo sem
559 quórum apresentar, porque tá tão difícil de formar quórum e os conselheiros que estão aqui,
560 que estavam na reunião passada, estavam querendo a apresentação e nós acabamos adiando
561 pela falta de quórum, que não seria respeitoso fazer isso de novo. Então, sim, faremos mesmo

562 sem quórum, se for o caso, a gente repete quando obtivermos o quórum. “As apresentações
563 são apenas informativas?” [leitura chat]. Sim, Conselheira Fabiana, neste momento são
564 informativas. Por favor, Carla, com a palavra. **Carla Faillace, Secretaria Municipal de Meio**

565 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou então compartilhar a tela

566 do plano operacional. Bom, o plano operacional... Desculpa, primeiro me apresentar, eu sou
567 Carla Faillace, sou bióloga da Secretaria de Meio Ambiente, trabalho na Diretoria de
568 Licenciamento e Monitoramento Ambiental. Nós acompanhamos a elaboração do Plano



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

569 Municipal de Mata Atlântica durante os anos de 2022 e 2023, foi um estudo que se prolongou,
570 começou em início de 22, terminou em 23, metade de 23, mais ou menos. Foi um estudo que
571 foi contratado por licitação, uma empresa venceu e iniciou o processo, então, de mapeamento
572 da Mata Atlântica do Município. E esse estudo, então, foi no final do ano passado, aprovado
573 pelo COMAM. Foi elaborada uma resolução, então, a Resolução 02 de 2023. Isso tudo
574 tramitou através desse processo administrativo eletrônico, o SEI 23.0.00104806-6. E essa
575 resolução, então, aprovada em 13 de outubro de 2023, trouxe uma série de determinações,
576 uma delas dizia a respeito da necessidade de constituição de um grupo técnico formado por
577 servidores da Secretaria de Meio Ambiente com a realização de reuniões regulares para
578 acompanhamento da implantação do Plano de Mata Atlântica, que esse grupo de trabalho
579 deveria elaborar um plano operativo anual do Plano de Mata Atlântica. E, nesse plano, a gente
580 deveria então detalhar as metas e ações a serem executadas a cada ano. E, até o dia 15 de
581 dezembro de 2023, nós deveríamos ter apresentado esse plano para o COMAM e para a
582 Câmara Técnica de Áreas Naturais. A resolução do COMAM também determinava a
583 necessidade de, após a realização, execução de um plano operacional anual, da gente
584 encaminhar um relatório para a Câmara Técnica de Áreas Naturais para avaliação e indicação
585 de proposições e sugestões para o plano operacional do ano subsequente. Porém, o que
586 houve? No processo eletrônico em que nós encaminhamos uma sugestão de composição de
587 grupo de trabalho ao Gabinete do Secretário, no final de outubro, coincidindo com a
588 aprovação do Plano da Mata Atlântica no COMAM, nós encaminhamos a sugestão de nomes
589 em outubro, mas essa portaria acabou sendo publicada apenas no dia 12 de dezembro de 2023,
590 ainda com uma retificação no dia 26 de dezembro de 2023. Então, por óbvio, nós não ficamos
591 com tempo hábil para apresentar ao COMAM o Plano Operacional da Mata Atlântica para o
592 ano de 2024 até o dia 15 de dezembro, como havia sido determinado. Após a nomeação desse
593 grupo técnico, então, nós iniciamos as reuniões regulares, ordinárias, mensais, e temos também
594 reuniões extraordinárias. Aqui está a nominata do grupo técnico que foi designado para esse
595 trabalho. Nós encaminhamos, então, a proposta do Plano Operacional da Mata Atlântica para
596 o Gabinete no dia 30 de janeiro com as ações, a relação das ações que nós prevíamos realizar
597 ainda durante o ano de 2024, com a indicação, então, da necessidade de envio ao COMAM e à
598 Câmara Técnica de Áreas Naturais. Porém, imagino que com a sucessão de eventos que



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

599 aconteceram, né, a saída da Doutora Ângela, posteriormente as questões das enchentes, essa
600 desruptura das reuniões, da regularidade das reuniões do COMAM, eu não sei exatamente
601 porque isso não chegou até o Conselho até o dia de hoje. Então, nós estamos bastante
602 atrasados com essa prestação de contas, digamos assim, com o Conselho. Nós temos feito o
603 acompanhamento trimestral da realização dessas ações. Como vocês devem lembrar, quem já
604 participa do Conselho desde o ano passado, o Plano Municipal de Mata Atlântica, ele foi
605 composto por um diagnóstico da situação atual dos remanescentes florestais, pelo mapeamento
606 georreferenciado da vegetação ainda existente, com a definição das áreas prioritárias para
607 conservação e recuperação da Mata Atlântica e com a elaboração, sugestão de intervenções
608 necessárias para mitigar ou eliminar o impacto sobre essas áreas naturais. Tudo isso culminou,
609 então, na sugestão apresentada pela consultoria contratada de um plano de ação. Esse plano de
610 ação tinha diversos objetivos, que entre os quais os principais eram: ampliar a conectividade
611 entre os remanescentes florestais; conservar e recuperar a vegetação nativa; conciliar o Plano
612 de Mata Atlântica com a revisão do Plano Diretor Municipal, que está ainda em andamento;
613 adequar os imóveis rurais à legislação ambiental; ampliar as áreas verdes urbanas; controlar a
614 expansão urbana nas áreas de Mata Atlântica e fortalecer a produção de baixo impacto nas
615 propriedades; fortalecer o turismo sustentável; ampliar a arborização urbana com o uso de
616 espécies vegetais nativas da região; ajudar os moradores do município a se adaptarem às
617 mudanças do clima; assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos; fomentar a adoção de
618 medidas de incentivo à conservação ambiental e fomentar a implantação, definição dos
619 corredores ecológicos municipais. Isso tudo posto no plano de ações do Plano de Mata
620 Atlântica. Esse plano de ações, então, era composto por 15 ações principais divididas em
621 quatro componentes: um componente conservação, que tem como ação principal o estudo de
622 criação de novas unidades de conservação, o apoio à gestão das unidades de conservação e a
623 preservação dos espaços verdes urbanos. O COMPONENTE RESTAURAÇÃO, as ações são:
624 adequação ambiental das propriedades rurais; a reconstituição dos corredores ecológicos; a
625 conservação e recomposição das Áreas de Preservação Permanente; a promoção de um
626 programa de pagamento por serviços ambientais no município. O COMPONENTE
627 DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, composto pelas ações: apoio ao turismo
628 sustentável, e ao ecoturismo, e a promoção de uso rural de baixo impacto, e favorável à



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

629 biodiversidade. E o COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL, é composto pelas ações:
630 adoção do mapeamento da Mata Atlântica como referência para o licenciamento ambiental; a
631 compensação ambiental direcionada para as áreas prioritárias da Mata Atlântica; o
632 aperfeiçoamento da fiscalização voltada aos remanescentes da Mata Atlântica; o alinhamento
633 com o Plano Diretor; a integração com os Planos de Mata Atlântica de municípios vizinhos e
634 ações de educação ambiental. Essas 15 ações principais, então, dentro do Plano de Mata
635 Atlântica, elas são subdivididas no que eles chamaram de “procedimentos”, que agora eu
636 chamo, no nosso plano operacional de “ações específicas”. Então, para cada uma dessas ações,
637 por exemplo, promoção da implantação do pagamento por serviços ambientais no município,
638 tinham suas subações, promover discussão no âmbito municipal com vista a propor
639 instrumentos legais, que tinha um detalhamento do que era necessário ser feito para que essa
640 ação de fato fosse implantada. Então, essa subdivisão culmina na sugestão de 66 ações
641 específicas e são dentro dessas 66 ações específicas que nós, como grupo de trabalho,
642 decidimos então elaborar o plano operacional de 2024. Nós elencamos para este ano, então, a
643 nossa meta de dar andamento a 20 ações e definimos indicadores de desempenho, quem seriam
644 os setores envolvidos. Definimos as pessoas responsáveis pelo andamento dessas ações,
645 determinamos um prazo necessário e verificamos a necessidade ou não de recursos para que
646 essas ações tivessem andamento. Para este ano nós priorizamos ações que não dependessem de
647 recursos, a gente tem muitas delas, ações que a gente poderia dar andamento internamente na
648 Secretaria. E vou começar, então, a descrever para vocês quais foram as ações que nós
649 priorizamos para este ano. AÇÃO UM: dar continuidade ao Processo Eletrônico
650 20.01.000028795-5, constituído com a finalidade de instituição de uma área de proteção
651 ambiental ou outra categoria de proteção ambiental nos topos de Morro de Porto Alegre. Isso
652 tá bem lincado com a questão do mapeamento de áreas de preservação permanentes e a gente,
653 quando apresentar o mapeamento de APPs, vocês vão entender por que. Durante a realização
654 do mapeamento das áreas de preservação permanente, houve uma revogação de um parecer da
655 PGM que nós utilizávamos para definir topos de morro e nesse ínterim nós ficamos com os
656 topos de morros desprotegidos, digamos assim. Não existe mais APP de topo de morro em
657 Porto Alegre. No parecer da PGM, que determina pela extinção do parecer anterior que nos
658 respaldava na definição dos topos de morro, é feito encaminhamento de que deveria ser feito,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

659 encaminhado aos técnicos da área ambiental da Secretaria para definição de uma proposta de
660 decreto para regulamentar essa questão. Esse processo foi constituído e nele constam duas
661 propostas, uma delas pra criação de uma área de proteção ambiental nos topos dos morros e o
662 outro pra definição dessas áreas como áreas de preservação permanente, por determinação do
663 poder público mesmo. A AÇÃO DOIS é a promoção de um ciclo de palestras mensais para
664 apresentação do Plano de Mata Atlântica para os servidores envolvidos na revisão do Plano
665 Diretor, na criação e gestão das áreas verdes públicas municipais, da arborização urbana, para
666 os gestores das unidades de conservação, educadores ambientais, fiscais ambientais, entre
667 outros. Nós temos feito essas reuniões e tem sido bastante rico o trabalho, a gente já conseguiu
668 engajar vários servidores no assunto e nosso grupo com isso vem crescendo. Tem sido uma
669 ação que tá sendo bem conduzida e tá dando bom resultado. AÇÃO TRÊS: realizar o
670 mapeamento do entorno do Refúgio da Vida Silvestre do Morro São Pedro, com vista a
671 identificar propriedades com área de interesse em preservação ambiental. Tem um subgrupo do
672 nosso grupo de trabalho que tá realizando esse mapeamento, identificando as matrículas e as
673 áreas lindeiras, as unidades de conservação, com vista a ter como um banco de informações, de
674 dados dos imóveis prioritários para eventual aquisição e... Como é que eu digo? Pra que
675 possam ser incluídos nas áreas de unidades de conservação, aumentando essas áreas de
676 conservação. A AÇÃO QUATRO: elaborar um termo de referência para contratação de
677 serviço de supressão das espécies exóticas invasoras, Pinus no Parque Natural Municipal
678 Saint'Hilaire. Essa ação tá sendo conduzida pelo colega Gerson. A ideia é ter esse termo de
679 referência concluído até ao final do ano para poder dar andamento nessa eliminação das
680 espécies exóticas invasoras dentro da área do Parque Natural. A AÇÃO CINCO: Iniciar testes
681 de protocolos de produção de mudas de espécies da Mata Atlântica no Viveiro Municipal.
682 Essa ação, sim, ela envolveu o desembolso de recursos do Fundo do Meio Ambiente, no valor
683 de R\$ 1.026.937,00. É uma ação que vem sendo conduzida pela Coordenação de Arborização
684 Urbana da Diretoria de Áreas Verdes. O Viveiro já iniciou a produção dessas mudas. Outra
685 ação que também vem sendo conduzida pela Coordenação de Áreas de Arborização Urbana é:
686 AÇÃO SEIS, iniciar o mapeamento das matrizes de sementes e propágulos de espécies da
687 Mata Atlântica, com ênfase nas espécies ameaçadas. Também é uma ação que tá sendo
688 financiada com recursos do Fundo do Meio Ambiente, são R\$ 706.500,00. Já existem algumas



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

689 matrizes mapeadas, inclusive aqui na própria sede da Secretaria nós temos árvores mapeadas
690 como matrizes. AÇÃO SETE: Dar continuidade ao cadastramento da vegetação localizada em
691 áreas públicas, com base em dados de geoprocessamento complementados com levantamentos
692 de campo. Tem duas fontes de recursos do Fundo do Meio Ambiente, R\$ 467.700,00 para a
693 aquisição de um software pra fazer esse mapeamento, esse cadastramento. E uma outra
694 contratação de R\$ 706.555,00 para realização do inventário da arborização. Isso também, os
695 colegas da Arborização Urbana já estão conduzindo, um trabalho que tem tido andamento e
696 está sendo bem conduzido também. AÇÃO OITO: iniciar o plantio de espécies arbóreas
697 nativas em logradouros públicos, da mesma forma, Coordenação de Arborização Urbana vem
698 conduzindo esse trabalho com recursos também do Fundo do Meio Ambiente, são
699 praticamente R\$ 3 milhões para essa ação. Como aqui era iniciar o plantio, a gente tinha posto
700 o objetivo até abril, mas obviamente que essa ação a gente vai conduzir até ao final do ano
701 com a quantificação de quantas mudas vem sendo plantadas ao longo desses períodos. A
702 AÇÃO NOVE: promover as discussões entre as diferentes diretorias da Secretaria, Diretoria
703 de Políticas de Sustentabilidade, de Áreas Verdes, de Licenciamento e Monitoramento
704 Ambiental e de Planejamento Urbano, quanto ao gravame dos corredores ecológicos no Plano
705 Diretor, em atendimento ao que diz a Lei Federal 9.985, de 2000. No andamento dessa ação
706 nós também, por determinação do Secretário, foi constituído um subgrupo de trabalho com a
707 coordenação da Diretoria de Políticas de Sustentabilidade e esse grupo de trabalho vem se
708 reunindo e nós já temos algumas propostas encaminhadas para a promoção e gravame dos
709 corredores ecológicos. Não sei se no Plano Diretor ou se a gente vai ter uma legislação
710 específica, mas o importante é que sim, a ação tem tido um bom andamento. AÇÃO DEZ:
711 elaborar um termo de referência para contratação de serviços especializados na área de fauna
712 silvestre, tais como orientação à população, captura e resgate de animais, soltura e transporte
713 de animais silvestres em situação de risco. Esse estudo, esse termo de referência foi concluído
714 e tinha sido encaminhado pra licitação. O valor estimado da contratação desse serviço é de R\$
715 573.000,00. AÇÃO ONZE: iniciar pesquisas sobre o pagamento de serviços ambientais já
716 existentes em outros órgãos do município, a fim de propor um programa próprio para o
717 Município de Porto Alegre. É uma ação que também nós temos conduzido e realizado
718 pesquisa na bibliografia, comparado com ações de outros municípios, outros estados, para



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

719 elaborar a proposta pro município. Então, as ações 11 e 12 estão lincadas: AÇÃO DOZE –
720 Apresentar uma proposta do programa de pagamentos até ao final do ano para, a Cidade de
721 Porto Alegre. AÇÃO TREZE: detalhar os procedimentos a serem adotados nos casos de
722 análise ambiental de empreendimentos que afetem vegetação de Mata Atlântica em estágio
723 avançado de regeneração, com possível ocorrência de vegetação primária. Procedimentos para
724 empreendimentos que afetem áreas prioritárias para conservação indicadas no Plano de Mata
725 Atlântica. Fragmentos com registro de espécies raras ou ameaçadas de extinção e nas situações
726 da presença de maricazais em condição de *climáces edáficos*. Essa ação, ela é mais voltada
727 para a estabelecer procedimentos para o licenciamento ambiental, vem sendo estudada
728 principalmente pela equipe de Uso e Ocupação do Solo da Diretoria. AÇÃO QUATORZE:
729 produzir material de orientação aos responsáveis técnicos sobre os requisitos mínimos para
730 elaboração de um levantamento fitossociológico nos casos que envolvam incidência de Mata
731 Atlântica nos imóveis. Nós já conseguimos produzir esse material, ele já está disponível na
732 biblioteca e acho que já deve ser acessível para o público em geral. Já é uma ação que a
733 previsão era até outubro, mas nós já conseguimos concluí-la. AÇÃO QUINZE: elaborar
734 condicionantes relacionados à remoção de espécies exóticas invasoras para os casos de
735 licenciamento ambiental de empreendimentos localizados em áreas com remanescentes de
736 Mata Atlântica. Está em andamento, então, essa ação. Ainda temos prazo até o final do ano
737 para estabelecer essa condicionante, que vem a ter relação com a AÇÃO DEZESSEIS, que é a
738 elaboração da minuta de instrução normativa orientando sobre os procedimentos a serem
739 adotados quando constatada a necessidade de eliminação de espécies exóticas invasoras nos
740 casos de avaliação ambiental de empreendimentos localizados em zona de amortecimento de
741 unidades de conservação e com presença de remanescentes de Mata Atlântica. Já foi produzida
742 uma prévia minuta dessa instrução normativa, mas ainda está em discussão no nosso grupo de
743 trabalho. E também essas duas ações estão relacionadas. AÇÃO DEZESSETE: estabelecer um
744 cronograma de discussões entre o grupo de trabalho do Plano da Mata Atlântica e o grupo de
745 trabalho do Plano Diretor, para acompanhamento das discussões relacionadas à revisão do
746 Plano Diretor no que tange a componente ambiental, a fim de permitir adequada integração
747 entre o Plano da Mata Atlântica e a regulamentação de uso e ocupação do solo. Conforme
748 determinado no artigo 4º da Resolução do COMAM 02/2023. A Resolução do COMAM que



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

749 aprovou o Plano de Mata Atlântica, fez menção especificamente à necessidade de que o Plano
750 de Mata Atlântica, o Plano Diretor e o PLAC, que o Plano de Ação Climática, que esses três
751 planos fossem convergentes. Então, é mais do que necessário que a gente tenha esse
752 afinamento entre as diretorias e que a gente dialogue entre nós para que esses planos também
753 sejam convergentes. AÇÃO DEZOITO: iniciar as discussões entre o grupo de trabalho Mata
754 Atlântica e Plano Diretor, para integrar Plano de Mata Atlântica e Plano Diretor, conforme
755 determinado no artigo 4º da Resolução do COMAM 02. É mais basicamente também uma
756 consequência do anterior, né? Estabelecer o cronograma, iniciar as discussões. AÇÃO
757 DEZENOVE: promover as discussões entre Diretoria de Áreas Verdes, Licenciamento e
758 Monitoramento e Planejamento Urbano para discussão do regime urbanístico das zonas de
759 amortecimento das unidades de conservação. Também em atendimento ao que determina a Lei
760 Federal 9.985/2000. Essa ação, ela também está em andamento, mais ou menos, em correlação
761 com a que vem sendo feita para a discussão dos corredores ecológicos. Então, ao mesmo
762 tempo, a gente vem discutindo as duas questões, tanto os corredores ecológicos quanto a
763 necessidade de um regramento específico para essas zonas de amortecimento que também são
764 áreas bastante sensíveis, no entorno das unidades de conservação. E por fim, para este ano,
765 promover a divulgação do Plano da Mata Atlântica e das ações desenvolvidas ao longo do ano,
766 com vista à proteção desse bioma, um plano de comunicação do Plano de Mata Atlântica, ação
767 bastante voltada à educação ambiental e também planejada para ser executada até o final desse
768 ano. O Plano Operacional 2024, então, conforme determinado na resolução do COMAM, ao
769 final do ano, dezembro, nós temos que enviar um relatório à Câmara Técnica de Áreas
770 Naturais para a avaliação do que foi, do que ocorreu durante este ano, do que foi realizado e
771 para eventuais sugestões para o plano operacional do ano de 2025. Lembrando, né, que
772 conforme também consta na resolução do COMAM, de aprovação do Plano da Mata
773 Atlântica, esse plano precisa ser revisado a cada cinco anos, tá? E informar a todos que o
774 Plano da Mata Atlântica, ele tá disponível tanto em meio físico na biblioteca, como volumes
775 impressos, como em meio eletrônico no site da SMAMUS. Do Plano Operacional da Mata
776 Atlântica é o que eu tinha para apresentar para vocês. Era isso. Então, não sei se a gente abre
777 para perguntas ou sigo para a segunda apresentação. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal**
778 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, Carla, deixa eu te



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

779 dar uns minutinhos para tomares uma aguinha. Eu ia comentar aqui, agora ao final dessa
780 apresentação, a Conselheira Lisiane se inscreveu. Se mais alguém quiser fazer a sua inscrição,
781 alguma dúvida, alguma contribuição. Caso seja uma dúvida ou uma contribuição que a Carla
782 não consiga responder agora, a gente também responde na sequência. Alguns conselheiros
783 perguntando se esse material vai ser enviado. Sim, podemos enviar, sem problema nenhum.
784 Nossa secretária executiva envia também, não há problema. Então, vou passar a palavra à
785 Conselheira Lisiane para contribuição, dúvida e se mais alguém quiser conversar com a Carla,
786 ou depois também, pode encaminhar por e-mail sem nenhum problema. Conselheira Lisiane,
787 com a palavra, pode falar. **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Boa tarde. Eu não vou me
788 deter em cada um em cada um dos tópicos porque como não tinha conhecimento deles com
789 antecedência, né, fica mais complicado. E até como o histórico que eu tenho em relação ao
790 plano de Mata Atlântica, não só anterior, mas com o presente, me chama a atenção em dois
791 pontos, que todo esse planejamento não tenha passado pelo crivo público, por uma audiência
792 pública. Eu fui a única que discordou da aprovação desse plano, porque eu não considero ele
793 um plano, eu considero ele um diagnóstico e com expectativas, tá? Um planejamento prevê
794 uma linha de tempo, com metas de no mínimo, tipo cinco, dez, quinze anos, que a gente
795 trabalha nesses períodos para atingir as metas para cada período, visando aquele objeto maior
796 no final da linha de tempo. Então, realmente eu fui contrária, fui a única que foi contrária à
797 aprovação desse plano, do jeito como ele foi aprovado, tá? Eu não vi plano nenhum de Mata
798 Atlântica no Brasil inteiro ser assim, dessa maneira, tão pequeno, tão restrito e sem esse
799 cronograma do plano de ação e sem aprovação do plano de ação com antecedência, tá? São
800 várias publicações que têm, inclusive, todas citam o instituto, o meu nome como integrante do
801 Instituto Mira Serra, que eu tô como CRBio. Mas eu não posso deixar de comentar isso. E aí
802 eu vejo também, no item que fala sobre integração com planos de Mata Atlântica de
803 municípios vizinhos. Só começa por aí já uma lacuna bastante grande, porque os municípios
804 vizinhos não têm planos de Mata Atlântica. Então, por si só esse item já estaria caindo no
805 vazio. Talvez se houvesse uma discussão com o grupo do GT Mata Atlântica e também com
806 uma audiência mais abrangente, pública, nós talvez pudéssemos trocar essa integração com
807 planos de Mata Atlântica dos municípios vizinhos por outros tipos de programas, como planos
808 diretores, ou de acordo com a imagem de satélite, ou através dos COREDEs, ou através do



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

809 Comitê de Bacia, que eu acho que mais importante seria através do Comitê de Bacia, como
810 nós estamos fazendo no Comitê Caí. O Comitê Caí está fazendo planos de Mata Atlântica,
811 numa parceria com o Ministério Público e a ONG, para a elaboração do Plano Regional de
812 Conservação e Proteção da Mata Atlântica, no âmbito da bacia do Rio Caí. Então, acredito
813 que aqui, em vez de integração com Planos de Mata Atlântica, somente esses, na ausência
814 deles houvesse integração com os planos de bacia, tá? Porque os planos de bacia prevêm essa
815 questão de vegetação ciliar, de áreas de inundação. A maioria deles tem, pelo menos o nosso
816 do Guaíba tem. Então, o plano do Guaíba, mesmo que pegue municípios onde tenha mais de
817 uma bacia, ele pode ser bastante interessante na substituição para algumas metas, como essa aí
818 de integração, tá? Porque os municípios vizinhos não têm. Então, acho que aí já cairia um
819 pouco no vazio. Quanto aos outros itens, eu tô até lendo, eu não consegui terminar de ler o
820 edital, mas isso aqui é só pra parques, mas só pra parques e animais silvestres. E aí voltamos a
821 minha preocupação inicial do ano passado, no que tange aos animais silvestres que não estão
822 nos parques, nas praças. Se eu não me equivoco, mas o edital me pareceu ser específico para
823 animais silvestres, a consultoria, a empresa que vá ganhar esse edital, vai tratar em tempo de
824 expediente, durante expediente, em parques, praças, esse tipo de local e não o que a realmente
825 a municipalidade necessita. Eu também sou funcionária pública e trabalho bastante com animal
826 de fauna silvestre e eu faço atendimentos depois do expediente, sábado, domingo, feriado,
827 feriadão, eu tô sempre online para ajudar. Então, eu não sei como é que funciona isso dentro
828 do que foi colocado ali. Não precisa me responder agora, tá? São questionamentos que eu
829 deixo para a próxima reunião, quando tiver quórum e a gente puder debater melhor o assunto,
830 certo? Mas eu deixo já registrado aqui, pelo menos, essas duas que me chamaram a atenção de
831 início. E aí agora, então, eu vou com maior tranquilidade e acessando o material depois dessa
832 exposição, eu posso refazer todas as questionamentos e agregar alguns talvez. Como, por
833 exemplo, a questão das lâmpadas, que eu já coloquei aqui também, até hoje eu não fui
834 respondida, sobre o que estão fazendo em relação às lâmpadas que estão sendo colocadas por
835 particulares nas áreas nas árvores públicas. Já está crescendo isso daí, antes era uma ou duas,
836 agora já contei dez e isso que eu não saio de noite, tá? Então, já tem uma lista de dez locais,
837 mais ou menos, cerca de dez locais, onde estão colocando iluminação em árvore pública. Isso é
838 prejudicial deveras à fauna noturna. Assim como aqueles animais que usam para pouso, para



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

839 descanso durante a noite. Então, isso daí também seria uma ação bastante interessante para ser
840 colocada no plano de metas, que é uma coisa bem fácil de fazer, de ser mapeada até com o
841 pessoal da limpeza urbana, que passa à noite, vê isso, já coloca o lugar, fotografa com GPS,
842 não precisa nem mandar relatório. Então, teria outras coisas para colocar, mas eu acho que
843 sim, faltou uma integração maior com outras vozes, não ficar restrita ao âmbito da Secretaria
844 de Meio Ambiente, como eu tinha falado quando foi aprovado o plano, tá? É só isso. E eu
845 espero, não precisa realmente me responder agora, para não atrasar. Não temos quórum
846 mesmo, então, pode ficar para a próxima. Não tenho pressa na resposta. Só para deixar
847 registrado isso, tá bom? Obrigada. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio**
848 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem, Conselheira. Então, vou
849 lhe agradecer e vamos fazer assim, vamos passar para a próxima apresentação da Carla, até
850 para que nós possamos aproveitar quem está presente. É uma outra apresentação bem
851 importante. Carla, te peço que inicies. Perdão, o Professor Paulo Brack pediu a palavra.
852 Professor Paulo, por gentileza, então, e depois passamos para a segunda apresentação para que
853 a gente possa vencer a pauta. Com a palavra. **Paulo Brack, INGÁ:** É, rapidamente, então,
854 também corroborando as coisas que a Lisiane falou, a gente considera que é importante
855 resgatar algumas coisas que a gente acha que ficaram algumas lacunas relativas ao plano. É
856 claro que tem questões que nós acabamos, digamos assim, divergindo em relação à Lisiane,
857 que eu acho que ela foi na raiz do problema, mas infelizmente nós temos que lidar com uma
858 situação, para nós é muito importante esse plano, nós do INGÁ. Então, a gente parabeniza aí
859 os técnicos que estão envolvidos, a Secretaria, nesse caso aí, acho que o trabalho é muito
860 importante, tem várias propostas muito boas. Então, acho que é importante a gente também
861 destacar que temos a ganhar com esse plano, mas obviamente, eu acho que seria de se pensar
862 como dar conta dele numa câmara técnica. Talvez um GT, recriarmos um grupo de trabalho
863 sobre o Plano de Mata Atlântica dentro da Câmara Técnica de Áreas Naturais e Paisagismo
864 Urbano. Só fica essa situação. Obviamente, nós não temos aqui como deliberar, mas acho que
865 vai ser necessário ter esse GT, até porque tem várias propostas que já estão sendo
866 encaminhadas ali internamente pela Secretaria e nós aqui externamente não estamos por
867 dentro. Essa questão também que a Lisiane falou, né? De haver uma integração com outros
868 planos também na Região Metropolitana é muito importante também. **Gabriela Brasil,**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

869 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E
870 eu reitero, pessoal, a necessidade sempre de vocês enviarem por escrito, é importante, registra
871 e de uma certa forma a gente também se organiza melhor nas respostas. Então, Conselheira
872 Lisiane vai mandar por escrito e a gente aguarda aqui, tá? Muito obrigada. Vamos, então,
873 Carla, por favor, vamos para a segunda apresentação?

874 **3.3. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO SOBRE O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE**
875 **PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP's);**

876 **Carla Faillace, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**

877 **SMAMUS:** O mapeamento de Áreas de Preservação Permanente, ele era também um segundo
878 contrato do ano de 22, terminado o processo de mapeamento em 23. O que são as Áreas de
879 Preservação Permanente para quem não é exatamente da área ambiental? As Áreas de
880 Preservação Permanente são definidas pelo Código Florestal, a Lei Federal 12.651/2012, com
881 alterações posteriores. Elas são basicamente áreas especialmente protegidas, cobertas ou não
882 por vegetação, com diversas funções ambientais. Pelas lei que consideram Áreas de
883 Preservação Permanente, as faixas marginais em qualquer curso d'água natural permanente,
884 perene ou intermitente, com diferentes larguras, dimensões, dependendo da dimensão também
885 do curso da água. As áreas de entorno de lagos e lagoas naturais, os reservatórios de águas
886 artificiais, as desculpa, as áreas no entorno dos reservatórios de água artificiais decorrentes de
887 barramento ou represamento de curso d'água natural. As áreas no entorno das nascentes e
888 olhos d'água. As encostas com declividade superior a 45 graus, as restingas, como fixadoras de
889 dunas e estabilizadoras de mangues, os manguezais, as bordas de tabuleiros e chapadas, os
890 topos dos morros, montes, montanhas e serras. Isso depois a gente vai conversar mais a
891 respeito. As áreas com altitude superior a 1.800 m e as veredas. Essa é a definição legal das
892 Áreas de Preservação Permanente. E por que as Áreas de Preservação Permanente são
893 importantes? Essas áreas têm diversas funções, preservar a paisagem e o patrimônio natural;
894 assegurar o bem-estar da população, proteger recursos hídricos e o solo; conservar a
895 diversidade de espécie de fauna e de flora. São muito importantes para o controle da erosão e a
896 estabilidade geológica do solo, para evitar assoreamento e poluição dos cursos d'água e tem
897 um papel também importante para a estabilidade climática; o combate ao aquecimento global,
898 uma vez que são áreas que estocam carbono. Nas áreas urbanas, essas APPs são especialmente



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

899 importantes porque favorecem a mitigação de desastres, de efeitos desastrosos de eventos
900 extremos em áreas de encostas e de várzeas. Previnem deslizamentos, eles servem de anteparo
901 natural às enchentes pela maior permeabilidade do solo nessas áreas. Melhoram o clima nos
902 centros urbanos, diminuindo a temperatura das superfícies e aumentando a umidade
903 atmosférica e são áreas que melhoram muito os indicadores de saúde da população. Essas
904 Áreas de Preservação Permanente, de acordo, ainda falando sobre a área urbana, o relatório do
905 Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, o IPCC, destacou que nas áreas urbanas,
906 essas áreas são muito mais quentes que as áreas rurais pelo efeito conhecido como ilhas de
907 calor. Essas ilhas de calor são formadas tanto por redução de ventilação, aprisionamento de
908 calor pela proximidade das edificações. O calor gerado pelas próprias atividades humanas, o
909 calor que é absorvido pelo concreto e outros materiais de construção e pela quantidade
910 limitada de vegetação nos centros urbanos. Tudo isso então causa um aumento da temperatura
911 global e da ocorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos. E se imagina
912 que a urbanização futura ampliará ainda mais a temperatura das cidades, independente das
913 características de clima regional e aumentando o estresse térmico nas cidades. Por tudo isso, as
914 Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas têm um papel muito importante para
915 mitigar esse estresse térmico nas cidades, para reduzir os riscos de enchentes que estão se
916 tornando cada vez mais frequentes devido a essas mudanças climáticas. Só a título de
917 ilustração, eu participei recentemente de um outro evento em que o Governo do Estado
918 demonstrou essa tabela, que só nos últimos no último ano o Estado do Rio Grande do Sul foi
919 acometido por dez eventos climáticos extremos, atingindo de diferentes formas, diferentes
920 regiões do Estado com uma recorrência bastante grande. Então, infelizmente esse episódio de
921 enchente que a gente teve agora em abril e maio, a tendência que as enchentes aconteçam com
922 maior frequência, infelizmente maior regularidade, por isso o papel das Áreas de Preservação
923 Permanente é fundamental para a proteção da cidade. O mapeamento das Áreas de
924 Preservação Permanente de Porto Alegre então foi feito através de um contrato assinado em
925 fevereiro de 2022, a ordem de início dos trabalhos foi dada em março de 2022 e da mesma
926 forma foi criado um grupo de trabalho para acompanhar a execução desse estudo. O estudo foi
927 feito através de revisão bibliográfica para obtenção de dados secundários, através de técnicas
928 de geoinformação utilizando produtos de alta resolução, a amostragem em campo para



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

929 conferência das informações obtidas através dessas imagens, através de registro fotográfico em
930 cada uma dessas e relatórios em cada uma dessas áreas amostradas em campo. Posteriormente
931 foi feita a categorização das APP's, o diagnóstico da situação atual dessas áreas de
932 preservação, foi feita uma base de dados georreferenciada com os mapas base para análise das
933 áreas de preservação e apresentado um plano de ação para essas áreas de preservação.
934 Basicamente assim, em linhas gerais foram mapeadas, foram estudadas a geologia do
935 município, geomorfologia, pedologia, os recursos hídricos, constituídos tanto pela rede
936 hidrográfica, as redes, os recursos hídricos, os condutos forçados, os canais e galerias, as
937 bacias e sub-bacias hidrográficas. Também teve uma análise do clima, precipitação e
938 hidrologia, o zoneamento hidrodinâmico do Guaíba, o uso e ocupação do solo e a vegetação
939 existente. E dessa forma foram sendo produzidos diversos mapas, por exemplo, o mapa
940 geológico do município, o mapa geomorfológico, todos esses mapas nós temos
941 georreferenciados, o mapa pedológico, o mapa de declividades, o mapa hipsométrico que
942 apresenta as elevações. O mapa de erodibilidade, o potencial de erosão em cada região da
943 cidade. O mapa das sub-bacias hidrográficas e das sub-bacias divididas em áreas de estudo, que
944 eles categorizaram por diferentes arroios. A relação da vegetação, da ocupação da vegetação e
945 a rede hidrográfica, relação entre essas duas coisas, também vegetação, índices de vegetação.
946 Foram diversos modelos matemáticos produzidos e que servem para interpretar diferentes
947 atributos da cobertura vegetal do município. Esses índices todos basicamente são utilizados
948 para verificar quão bem desenvolvida tá a vegetação em cada uma das regiões da cidade.
949 Então, são vários comparativos do desenvolvimento da vegetação em diferentes regiões. Para
950 o mapeamento dos cursos da água foi utilizado como fontes de dados, foi feito um modelo
951 numérico do terreno com equidistância de 1 m a partir do aerolevanteamento de 2010, utilizada
952 a rede de recursos hídricos perenes e temporários do aerolevanteamento de 2010. A rede de
953 recursos hídricos fornecida pela Prefeitura, recursos hídricos canalizados em galeria ou em
954 estado natural, os trechos de redes de drenagem de águas pluviais fornecidos pela Prefeitura,
955 bases de dados de recursos hídricos, canais, seções, cedidas pelo antigo DEP. Uma parte das
956 áreas de preservação permanente já estavam, as de curso da água, já mapeadas pela SMAMUS
957 a partir do aerolevanteamento de 1982. Foram também estudadas imagens de satélites
958 adquiridas para o mapeamento com fotointerpretação dessas imagens de 2018 a 2021 e



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

959 também produzidos dados primários através de inspeções realizadas em campo para ver as
960 condições desses cursos da água. Com base no modelo numérico do terreno foi gerada uma
961 rede hidrográfica de toda a bacia, considerando a declividade foi a verificada a direção do fluxo
962 de escoamento superficial da água. Foi através dessas diferentes fontes realizado o
963 levantamento do percurso superficial da água da nascente até à foz e esse percurso foi
964 categorizado em diferentes de acordo com seus diferentes estados, quando o curso da água
965 ainda se encontrava como leito natural, quando se encontrava canalizado, ou a gente chama
966 retificado, ou quando estava já na forma de galeria ou indutado, situação que a gente não
967 considera como sem demarcação de APP. Com tudo isso, então, foi possível se obter o
968 levantamento de todos os as Áreas de Preservação Permanente de curso da água do município,
969 as áreas de nascentes também, tanto os cursos da água ainda em leito natural quanto aqueles
970 que estavam canalizados, indutados ou apenas retificados. Em relação ao mapeamento das
971 declividades maiores que 45 graus, de acordo com o modelo numérico do terreno, que nós
972 tínhamos de alta resolução, que é de 1 m, ele no final gerou uma série de discrepâncias, porque
973 considerou as elevações, as declividades de encostas, barrancos, os cortes, aterros, pedreiras,
974 mineração, taludes. Então, acabou tendo uma certa confusão, digamos assim, porque acabaram
975 sendo mapeadas áreas que ainda eram naturais e que possuíam declividade superior a 45 graus
976 e outras áreas que são essas áreas mais urbanas com cortes, aterros e contenções, que isso
977 tudo também não foi localizado na bibliografia uma metodologia que embasasse a adoção de
978 uma resolução espacial mínima para ser considerada para o processo de classificação da APP
979 de declividade. E o que se concluiu é que quanto maior o nível de detalhamento da base
980 altimétrica utilizada, conseqüentemente vai ser maior a segmentação das áreas declivosas,
981 dificultando assim a delimitação de uma faixa com características homogêneas de APP de
982 declividade. Em relação às APP's de banhados e áreas úmidas, essa questão dos banhados, elas
983 têm uma conceituação bastante diversa na literatura, dependendo da bibliografia que você
984 utilizar, mas tem alguns critérios que são importantes e se apresentam basicamente em toda a
985 literatura. Para uma área ser considerado um banhado, ela precisa ter presença de água
986 superficial, precisa ter uma vegetação adaptada às oscilações do nível de água, com alternância
987 de períodos de excesso e de déficit hídrico, a presença de solos hidromórficos ou solos com
988 sinais de hidromorfismo. Nós, para o estudo adotamos o que diz a Resolução CONSEMA 380,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

989 de 2018, que estabelece quais as características que precisam ser consideradas para se
990 classificar uma área como um banhado. Então, entre essas características são: o solo
991 hidromórfico naturalmente alagado ou saturado com água por um período não inferior a 150
992 dias por ano, a presença de afloramento da zona de saturação do aquífero na superfície do
993 terreno. Também observando o período citado no item 1, a ocorrência de um horizonte *glei*
994 nos primeiros 50 cm de solo e a ocorrência regular de uma ou mais espécies de flora e fauna
995 relacionadas nessa resolução. Tem uma lista de espécies de flora e de fauna que precisam estar
996 presentes nessas áreas para que elas possam ser consideradas como banhados. A resolução
997 CONSEMA estabelece que não são considerados banhados os terrenos urbanos com acúmulo
998 de água contínuo ou intermitente decorrente de ação antrópica na área do próprio terreno ou
999 em áreas vizinhas. E o que se percebeu, que o mapeamento de áreas úmidas contém áreas
1000 passíveis de serem classificadas como banhado, mas que para isso seria necessária uma
1001 avaliação mais aprofundada e um monitoramento de longo prazo dessas áreas. Então, o que o
1002 estudo mapeou foram áreas com potencial que são potencialmente banhados, caso de análise
1003 de um terreno específico, que se delimite essas áreas, será estudado com maior profundidade
1004 por um maior período de tempo para se confirmar então a presença do banhado ou não. Em
1005 relação aos topos de morro, eles são definidos pela lei federal, traz um conceito bastante
1006 complexo do que é topo de morro. O topo de morro tem que ser considerado a altura mínima
1007 de 100 m, uma inclinação média de 25 graus, as áreas são delimitadas a partir de uma curva de
1008 nível correspondente a 2/3 da altura mínima em relação à base. Esse conceito, ele foi trazido
1009 em 2012, até então a gente utilizava o conceito da Resolução CONAMA 303, de 2002, que
1010 era bem mais simples, a Resolução CONAMA 2002 dizia topo de morro, a área delimitada a
1011 partir da curva de nível correspondente a 2/3 da altura mínima da elevação em relação à base.
1012 E esse conceito também é o que existe no Plano Diretor do Município, no Plano Diretor, o
1013 artigo 16 dizia topo de morro a área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3
1014 da altura máxima da elevação em relação à base. Em 2013, quando a Lei Federal foi alterada,
1015 surgiu um novo Código Florestal Federal que mudou esse conceito, foi consultada a PGM e na
1016 ocasião produzido um parecer que nos embasava para utilizar o conceito do Plano Diretor da
1017 Resolução CONAMA 302 e definiu os topos de morro de Porto Alegre. Quando em 2022,
1018 quando a gente estava realizando o estudo do mapeamento das APP's, foi feito um



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1019 questionamento à área jurídica e nessa ocasião houve um entendimento diferente. Foi revogado
1020 o parecer da PGM de 2013 e definido que pra elaboração do mapeamento das áreas de
1021 preservação permanente do município, tinha que ser considerada apenas o que estabelecia a
1022 legislação federal, a lei, do Código Florestal Federal. Então, revoga o parecer da PGM e
1023 determina que a área técnica da SMAM elabore e apresente uma minuta de decreto regulando
1024 de modo uniforme a questão, que é a aquela ação número 1 do Plano de Operacional da Mata
1025 Atlântica, que nós temos para esse ano. Foi produzida uma sugestão de decreto para
1026 regulamentar essa questão das Áreas de Preservação Permanente dos topos de morro. Com
1027 isso, o que aconteceu? Considerando essa nota técnica ASSETEC de 2022 e da PGM de 2023,
1028 a metodologia que foi considerada no estudo do mapeamento das APP's foi estritamente a da
1029 lei federal e isso produziu, como consequência, que nenhuma elevação em Porto Alegre se
1030 enquadrrou como área de APP de topo de morro pelos critérios da Lei Federal, porque nenhum
1031 dos morros de Porto Alegre apresentava a altura mínima para ser considerada como topo de
1032 morro. No caso das restingas, também seguindo o conceito que diz a Lei Federal, ela
1033 estabelece que as restingas são áreas de preservação permanente quando fixadoras de dunas e
1034 estabilizadoras de mangue. Tem todo o conceito do que é restinga e também houve um
1035 entendimento que a vegetação de restinga, no caso do município, não se considera como
1036 fixadora ou estabilizadora de mangue e por isso também as restingas não estão mapeadas como
1037 Áreas de Preservação Permanente no mapeamento que foi realizado. Outro estudo que foi
1038 feito foi o da integridade das APP's, para avaliar quão bem preservadas essas áreas de
1039 preservação estavam. Para isso foram consideradas diferentes variáveis, uma delas
1040 adensamento populacional, foi estudada a área de maior expansão urbana no período entre
1041 2010 e 2020, de acordo com o MapBiomas, a integridade das APP's por sub-bacia a partir do
1042 cruzamento de diferentes dados de meio físico e biótico. Foi considerado também o potencial
1043 para conexão de corredor ecológico e os remanescentes de vegetação arbórea e campestre
1044 nativa existentes nesses territórios. Com tudo isso, então, foram definidos escores e pesos para
1045 cada variável dessas: adensamento, integridade, conexão com corredores e remanescentes de
1046 vegetação, definidos os pesos para estabelecer quão integras, de muito alto, alto, médio, baixo
1047 ou a integridade elevada, muito elevada ou baixa e determinar um peso e estabelecer quão bem
1048 integras estavam essas áreas de preservação. Como classificação final, que se teve de



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1049 quantitativos das Áreas de Preservação Permanente, se verificou que 18% aproximadamente
1050 das Áreas de Preservação Permanente do Município estão com um grau de baixa conservação,
1051 9% parcialmente conservadas e 72,5% das APP's consideradas como ainda bem conservadas,
1052 que é um valor bastante representativo das Áreas de Preservação Permanente do Município.
1053 Essas áreas também foram cruzadas com as áreas de riscos definidas pelo CPRM e
1054 quantificados também quanto dessas Áreas de Preservação Permanente apresentam condições
1055 de risco. Então, realmente uma área bastante considerável, dadas as características naturais
1056 desses terrenos mesmo. Então, a partir desses mapas de população por setor censitário,
1057 densidade populacional por setor censitário, os mapas de adensamento populacional, foi
1058 realizado esse mapeamento da integridade das Áreas de Preservação Permanente, uma
1059 classificação de quanto mais verde, mais íntegras e mais bem preservadas elas estavam, na área
1060 urbana obviamente as APP's já não estão bem conservadas, muitas delas, os cursos d' água
1061 principalmente canalizados, enterrados. Então, depois também o mapeamento de cada uma das
1062 Áreas de Preservação Permanente classificando então o grau de conservação desses cursos da
1063 água e dessas nascentes. Foi apresentado um plano de ação com três eixos: revitalização,
1064 prevenção e orientação, definindo ações no eixo revitalização voltadas principalmente para
1065 recuperação e conservação das APP's, que envolvem mapeamento, implantação de projetos de
1066 recuperação, priorização da recuperação dos corredores ecológicos, entre outras. O eixo
1067 prevenção, ações voltadas principalmente para aperfeiçoamento de fiscalização, cercamento,
1068 demarcação, sinalização das APP's, incentivo a implantação de reservas e enquadramento de
1069 novas áreas como APP's, criação de novas unidades de conservação. Em grande parte são
1070 ações também convergentes com aquelas que nós tínhamos lá no Plano de Mata Atlântica. E
1071 no eixo orientação, estratégias então de alinhamento com o mapeamento do Plano Diretor e
1072 com ações de educação ambiental. Esse mapeamento das áreas de preservação permanente, ele
1073 está disponível tanto no site da Prefeitura de Porto Alegre, no site da SMAMUS, e ele também
1074 é disponível no site da DMWeb, que é onde os empreendedores que tiverem interesse de
1075 empreender nos seus terrenos, têm diversas informações a respeito de restrições tanto de
1076 ordem ambiental quanto urbanística nos seus terrenos. De maneira geral, acho que é isso que
1077 eu tinha para apresentar. Então, esses estudos todos estão disponíveis no site e também em
1078 forma física na biblioteca, em versões impressas, para quem quiser consultar. É isso. Então,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1079 não sei se também se temos alguma dúvida. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio**
1080 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Carla, em primeiríssimo lugar te
1081 parabenido. Nós aqui, eu e a Renata, muito boa tua apresentação. Tem mais pessoas ali
1082 parabenizando no chat. Muito legal. Muito elucidativa, muito bacana. Se algum conselheiro,
1083 até considerando também o atrasado da hora, temos bastante pessoas hoje assistindo o
1084 COMAM, mas embora alguns convidados, não seja o nosso quórum. Então, se alguém tiver
1085 alguma contribuição, alguma pergunta, pode mandar direto pra gente, ou se quiser se
1086 manifestar agora. Mas eu, de novo, te parabenido. Mais parabéns ali no chat. Acho que nós
1087 temos a Conselheira Maria Caravagio. Acho que quer fazer uma participação. Com a palavra,
1088 Conselheira. **Maria Caravagio Nunes, TODAVIDA:** Parabéns, Carla, pela apresentação,
1089 pelo trabalho realizado. Só na questão dos objetivos finais, a fala da Conselheira Lisiane, ela no
1090 outro plano traz a questão de metas, prazos e tudo mais. Acho que também seria interessante
1091 ter nesse plano, por conta, quando serão executadas, a partir de quando serão, iniciarão as suas
1092 execuções, quais são os objetivos e qual prazo. Acho que vale a pena pensar nesse sentido
1093 também, tá? Porque, senão, o plano é ótimo, mas quando efetivamente ele vai ser posto em
1094 prática? Só isso aí. Obrigada. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
1095 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada. Carla, quer fazer alguma
1096 contribuição? **Carla Faillace, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
1097 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, concordo plenamente, um plano não pode ser um
1098 documento que vai ficar bem bonito e guardado numa gaveta. Acredito que assim como foi
1099 feito pro Plano da Mata Atlântica, o ideal seria nós constituirmos também um grupo de
1100 trabalho e estabelecermos, então, um cronograma de ações. Como eu disse, muitas delas são
1101 ações que são convergentes, quando tu preserva uma mata nativa, tu está preservando também
1102 as APP's, os cursos d'água, as nascentes. Então, de certa forma são ações que convergem, mas
1103 concordo, seria bem importante a gente ter um grupo trabalhando especificamente nas ações
1104 de preservação das APP's. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
1105 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E eu sugiro a todos, que a gente consiga
1106 formar quórum na próxima reunião, pra que a gente, inclusive, vote a formação de um novo
1107 grupo de trabalho. Eu também estou de acordo com vocês. A propósito, então, pra me
1108 despedir, eu tenho aqui, pessoal, dentre as nossas participações, nós já estamos com três



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1109 cadeiras sem indicação nesse nosso biênio, mas assim, pessoal da UFRGS, pessoal do CREA e
1110 o pessoal da UAMPA, se eles de repente tivessem comparecido nós tínhamos formado
1111 quórum. Com mais três cadeiras aqui do governo: Gabinete do Prefeito, que os membros estão
1112 em férias. Eu recebi a informação. A SMED, a SMS e a GRANPAL também poderiam ter
1113 comparecido. Então, me ajudem, vamos todos nos ajudar, pra quem sabe nós formarmos
1114 quórum pra sessão que vem e consigamos deliberar sobre essa questão. Conto com vocês. Já
1115 lhe passo a palavra, então, pros encaminhamentos finais. Só pra me despedir também, embora
1116 nós não tivéssemos quórum, conselheiros, queria deixar registrado, assim, eu acho que se a
1117 gente não tivesse apresentado, se a gente não tivesse feito essa reunião, quantas informações
1118 produtivas nós não teríamos, né? E esta tarde foi proveitosa. Então, me ajudem, porque no que
1119 depende da gente aqui, a gente se esforça ao máximo pra que tenha quórum as reuniões.
1120 Então, de minha parte era isso. Passo a palavra, então, pro conselheiro Paulo, e aí a gente já
1121 pode finalizar na medida em que cumprimos a pauta. Conselheiro, com a palavra. **Paulo**
1122 **Brack, INGÁ:** Então, parabéns aí pelo trabalho. Eu acho muito importante também a questão
1123 das APP's. Eu acho que elas têm muito a ver com o Plano de Mata Atlântica também em vários
1124 aspectos, né? Eu tinha esquecido, em relação à questão da Mata Atlântica, a necessidade de
1125 identificação das áreas prioritárias. Eu vou atrás do material e eu, eu acho que isso tudo vai ser
1126 trabalhado, seja no grupo de trabalho, se for essa decisão, mas é importante a gente se
1127 debruçar, porque, por exemplo, lá no Morro da Extrema, que é uma área belíssima, inclusive, o
1128 Rogério Schmidt tá indo lá buscar, marcar matriz, tem uma ilha de Mata Atlântica com várias
1129 espécies raríssimas, ameaçadas de extinção e que eu vejo que temos aí uma questão
1130 relacionada a uma possibilidade de uma mineração lá. Então, fico muito apreensivo, até porque
1131 eu acho que as áreas consideradas prioritárias, elas têm que ter um cuidado maior, onde que os
1132 empreendimentos vão ter que passar por uma discussão maior, né? Então, acho que são
1133 questões importantes. Em relação aos corredores ecológicos também, eu acho que a gente, não
1134 só as áreas prioritárias, como os corredores ecológicos, a gente ter bem claro, como fortalecer
1135 essa ideia, que tá inclusive no plano diretor. O plano diretor já destaca isso, como a gente
1136 poderia, digamos assim, fortalecer, pra que tenhamos isso claro, pra fazer até mapas também
1137 pra divulgar. A questão das espécies ameaçadas, que não foi muito bem citada aqui, mas eu
1138 acho que é importante considerar, até porque nós aprovamos uma resolução referente às



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1139 espécies ameaçadas. Então, a gente gostaria que esse tema das espécies ameaçadas tivesse
1140 convergência aqui, com relação não só a Mata Atlântica, como a questão das APP's. Então,
1141 fica aqui uma necessidade, até porque a gente tá cobrando até hoje, não foi divulgado essa
1142 lista, até no Diário Oficial, que quase ninguém vê. Então, inclusive, é bom lembrar que o
1143 pessoal da UFRGS aqui, o pessoal do IGRE, não sei se o Professor tá aí ainda, eles fizeram
1144 questão, os pós-graduandos, em fazer um guia das espécies ameaçadas. A gente pode até
1145 passar o link também, um guia com imagens das espécies ameaçadas, aquelas que foram
1146 aprovadas dentro da Resolução 02/2024, referente ao COMAM. Então, é importante também
1147 que a gente tenha a divulgação disso. E, por último, a questão da APP do Guaíba. Eu gostaria
1148 de trazer aqui, eu acho, não sei se o José Renato Barcelos está aqui ainda, mas é importante
1149 destacar que pelo IBGE, continua sendo Rio Guaíba. É, inclusive, o IBGE foi instado lá por
1150 ofícios por parte do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eles responderam que não
1151 houve nenhuma iniciativa de parte do Município de Porto Alegre ou do Estado em rever essa
1152 denominação. Então, oficialmente, pela cartografia do IBGE, continua rio. Isso é muito
1153 importante. Claro que houve trabalhos, como Atlas Ambiental e tal, mas oficialmente é rio. E
1154 sendo rio, no caso, o Guaíba, teria que ser discutido e ser considerado. Obrigado aí. **Gabriela**
1155 **Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
1156 **SMAMUS:** Obrigada. Ah, inclusive, Professor Paulo, revendo aqui o chat, eu vi que o senhor
1157 comentou, ainda lá no nosso primeiro assunto sobre o edital, que o INGÁ encaminhou há três
1158 anos uma proposta de edital. Se o senhor pudesse me encaminhar novamente. O senhor me
1159 encaminha? Muito obrigada. O Conselheiro Oscar também pede a palavra. **Oscar Gilberto**
1160 **Escher, ABRASINOS:** Eu queria destacar, pra não deixar batido aí, em branco, o
1161 posicionamento da nossa entidade com relação aos temas colocados aí, principalmente do
1162 Doutor José Renato, quando ele diz respeito ao respeito às regras, o que uma cidade mais
1163 precisa são regras claras para construir seu pacto social dentro do plano diretor. Então, como a
1164 nossa entidade, na sua maioria é composta por arquitetos e urbanistas, no nosso coletivo nós
1165 temos um conceito de que a cidade se constrói num tripé: poder público, comunidade e todos
1166 aqueles que pretendam de alguma forma intervir ou empreender na cidade. É muito ruim e até
1167 nefasto, acordos só de duas partes ou de conversa do poder público com os empreendedores,
1168 sem a participação da comunidade. Mas também são nocivos acordos só do poder público com



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1169 a comunidade, que não insira aqueles que, de alguma forma, participem mais ativa da sua
1170 construção. Então, nesse sentido também, nós temos um posicionamento de que deveria ter
1171 um conselho único, que houve uma grande evolução em unificar as secretarias, urbana e
1172 ambiental numa só instituição e dessa ramificando as especialidades. Também torcemos pra
1173 que um dia a sociedade entenda como nós e que é importante termos um conselho único pra
1174 não criar muito tensionamento e sim construir a cidade através de acordos, não de
1175 tensionamentos. Então, esses aspectos aí do que foi levantado, nós entendemos como
1176 relevantes e vão pautar o nosso posicionamento, enquanto tivermos assento neste coletivo. E
1177 também queremos parabenizar os profissionais que trabalharam nesses belos conteúdos
1178 apresentados. E em particular, parabenizar a apresentadora pela clareza com que se expressou
1179 e a capacidade de síntese. Demais, torcemos para que tenha efetivamente dia 12 de setembro o
1180 quórum, para que nós possamos avançar nas formalidades e talvez na revisão desse estatuto
1181 nós tenhamos que rever a questão do quórum, né? Porque fica muita pauta atrasada, fica muito
1182 problema e a cidade não pode esperar, tá? Obrigado a todos pela generosidade de me ouvir e
1183 agradeço a todos que contribuíram pra essa reunião. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal**
1184 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro
1185 Oscar. Então, até de encaminhamento, nós então faremos uma extraordinária dia 12 de
1186 setembro. Com certeza os senhores serão avisados para que se programem. Então, sim. Só,
1187 apenas pra finalizar essa questão, faremos uma extraordinária dia 12. Conselheiro José Renato,
1188 quer a palavra. Vou lhe passar agora. **José Renato de Oliveira Barcelos, MJDH:** Muito
1189 obrigado, Gabriela. Fazer uma referência, em primeiro lugar, parabenizar a Carla, já
1190 parabenizei por escrito, no chat, mas quero parabenizar novamente verbalmente a apresentação
1191 dela. Muito esclarecedora e sobretudo, assim, estratégica, porque a gente precisa cada vez
1192 mais se preocupar com a proteção das APP's. Como o Professor Brack fez a referência, nós
1193 estamos já discutindo a questão do Rio Guaíba de uma forma mais profunda e do ponto de
1194 vista científico. Inclusive, o Instituto de Geociências está nos auxiliando, o Movimento
1195 Ecológico Gaúcho, enfim, dando fundamento, né? À definição, a definição original e originária
1196 do Guaíba como um rio. A partir dos órgãos oficiais: IBGE, a Marinha, enfim, mas também a
1197 ANA, a Agência Nacional de Águas, mas também as suas características hidrológicas, do
1198 ponto de vista, inclusive, do transporte de sedimentos e tudo mais. E faria uma observação



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1199 também do ponto de vista legal, que é a lei orgânica de Porto Alegre. O artigo 245, inciso 5º,
1200 contempla as margens do Rio Guaíba como APP's, Carla. Então, eu não sei se eu peguei bem,
1201 assim, a tua apresentação, se houve algum destaque pra isso, eu queria te perguntar um pouco
1202 isso também. Chamar a atenção pra essa definição, que além dos argumentos que o Professor
1203 Brack muito bem usou aqui, e esses que agreguei logo em seguida, que a lei orgânica de Porto
1204 Alegrea contempla de uma forma muito especial, que pese o Guaíba ser um corpo hídrico de
1205 origem estadual, que tem a sua nascente e a sua foz no Estado do Rio Grande do Sul. As
1206 margens do Guaíba são estabelecidas pela lei orgânica como APP's. Então, eu queria te ouvir
1207 um pouco, Carla, até que ponto isso foi contemplado, o que vocês imaginam, assim? Do ponto
1208 de vista concreto e prático, eu vou ser um pouco crítico aqui, mas é necessário a gente conter
1209 um pouco a especulação imobiliária que avança nas margens do Guaíba de uma forma, assim,
1210 feroz. E a conceituação, e a defesa, e sobretudo o suporte científico do Guaíba, enquanto rio,
1211 ele se sustenta também por isso, que o espectro de proteção, evidentemente, que aumenta. A
1212 margem, como disse o Paulo Brack, em definição pela Lei 12.651, artigo 4º, inciso 4º, que as
1213 margens dos rios em área urbana, como em Porto Alegre, sobretudo, vão pra 500 m,
1214 diferentemente dos lagos, enfim, que são fixados em 30 m. E aí a gente vê, como bem
1215 destacaste, Carla, a importância de uma APP do ponto de vista biótico. E, inclusive, da fixação
1216 de carbono, como bem chamaste a atenção, a gente nem tinha se dado conta disso, mas
1217 também sequestra, ou seja, fixa o carbono no solo e por aí também se justifica a sua proteção.
1218 Em Porto Alegre, infelizmente, ao contrário de muitas cidades do mundo afora que preservam
1219 as APP's, a gente vai no sentido contrário aqui, no sentido de desmatar, desarborizar a cidade
1220 de uma forma muito perigosa. Isso tudo, obviamente, vai ser objeto da nossa discussão de
1221 agora em diante também. Mas eu só gostaria, então, te provocaria no bom sentido, que
1222 esclarecesse um pouquinho essa questão da APP do Guaíba. Muito obrigado, Carla. E
1223 parabéns novamente pela apresentação. **Carla Faillace, Secretária Municipal de Meio**
1224 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, o mapinha que eu apresentei
1225 está numa escala muito reduzida. Não dá pra enxergar direitinho, né? Mas sim, foi considerada
1226 a APP das margens dos lagos e lagoas, conforme diz a legislação, o código florestal. Mas no
1227 caso foi estabelecido, utilizados os critérios do Atlas Ambiental de Porto Alegre e dos estudos
1228 do Professor [Inaudível], considerando o Guaíba como um lago, né? Nesse caso foi



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

1229 considerada a Área de Preservação Permanente de 30 m na margem do Lago Guaíba, está
1230 posto ali no mapa produzido. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente,**
1231 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, pessoal, considerando o avançado da
1232 hora, de novo, parabenizando a todos por essa tarde produtiva que tivemos. Eu me despeço
1233 dos senhores. Dia 12 de setembro, então, vocês receberão a convocação pra nossa reunião
1234 extraordinária. Só peço pra que atentem pro e-mail do COMAM, que eu coloquei ali. O meu
1235 e-mail pessoal, só cuidem, porque é gabrielam.brasil e não gabriela.brasil. Nós precisamos até
1236 se atentar pra isso, porque eu tenho uma outra colega que também é Gabriela Brasil, então, se
1237 forem mandar e-mail aqui pra gente, e pra mim, gabrielam.brasil. Então, por isso solicitamos
1238 que os e-mails sejam enviados pro comam@sma.prefpoa.com.br. Um abraço, pessoal. Boa
1239 tarde a todos e até a próxima!

1240 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, às*
1241 *16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 –*
1242 *FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*